

## **DOCUMENTO METODOLÓGICO**

### **VERSÃO 1.1**

**Designação da operação estatística:** Inquérito à Situação Financeira das Famílias

**Sigla da operação estatística:** ISFF

**Código da operação estatística:** 130

**Código SIGINE\*:** CV0019

**Código da atividade estatística - CGA\*:** 302

**Código de versão do DMET:** 1.1

**Data de entrada em vigor da versão do DMET:** abril 2013

**Data da última atualização do DMET:** novembro 2016

**Entidade responsável pela operação estatística:** INE/BdP

\* - Para uso exclusivo nas operações da responsabilidade do INE.

# ÍNDICE

## I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

- ☞ I. 1 Designação da operação estatística
- ☞ I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística
- ☞ I. 3 Código da operação estatística
- ☞ I. 4 Código SIGINE (modelo estatístico)
- ☞ I. 5 Código da Atividade Estatística
- ☞ I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico
- ☞ I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico
- ☞ I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico
- ☞ I.9 Entidade responsável pela operação estatística
- ☞ I10. Outras Entidades Externas relacionadas com a operação estatística

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

## III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

- ☞ III.1 Contexto da operação estatística
- ☞ III.2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação
- ☞ III.3 Objetivos da operação estatística
- ☞ III.4 Financiamento da operação estatística

## IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

- ☞ IV.1 Tipo de operação estatística
- ☞ IV.2 Tipo de fonte (s) de informação utilizada (s) na operação estatística
- ☞ IV.3 Periodicidade da operação estatística
- ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística
- ☞ IV.5 Principais utilizadores da informação
- ☞ IV.6 Difusão
  - IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação
  - IV.6.2 Revisões
  - IV.6.3 Produtos de difusão regular

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

- ☞ V.1 População-alvo
- ☞ V.2 Base de amostragem
- ☞ V.3 Unidade (s) estatística (s) de observação
- ☞ V.4 Desenho da amostra
  - V.4.1 Características da amostra
  - V.4.2. Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra
- ☞ V.5 Construção do (s) questionário (s)
  - V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário (s)
  - V.5.2 Tempo médio de preenchimento do (s) questionário (s)
- ☞ V.6 Recolha de dados
  - V.6.1 Recolha direta de dados
    - V.6.1.1 Período (s) de recolha
    - V.6.1.2 Método (s) de recolha
    - V.6.1.3 Critério para o fecho da recolha
    - V.6.1.4 Possibilidade de inquirição Proxy
    - V.6.1.5 Sessões Informativas
  - V.6.2 Recolha não-direta de dados
- ☞ V.7 Tratamento de dados
  - V. 7.1 Validação e análise
  - V.7.2 Tratamento de não respostas

- V.7.3 Obtenção de resultados
- V.7.4 Ajustamentos dos dados
- V.7.5 Comparabilidade e coerência
- V.7.6 Confidencialidade dos dados

**VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO**

**VII. VARIÁVEIS DERIVADAS**

**VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR**

**IX. CONCEITOS**

**X. CLASSIFICAÇÕES**

**XI. SIGLAS E ABREVIATURAS**

**XII. BIBLIOGRAFIA**

# I. IDENTIFICAÇÃO DA OPERAÇÃO ESTATÍSTICA

## ☞ **I. 1 Designação da operação estatística**

Inquérito à Situação Financeira das Famílias

## ☞ **I. 2 Sigla (ou abreviatura) da operação estatística**

ISFF

## ☞ **I. 3 Código da operação estatística**

130

## ☞ **I. 4 Código SIGINE (modelo estatístico)**

CV0019

## ☞ **I. 5 Código da Atividade Estatística**

35 – Rendimento e Condições de Vida

351– Estatísticas do Rendimento e Condições de Vida

302– Inquérito à Situação Financeira das Famílias

## ☞ **I. 6 Código de Versão do Documento Metodológico**

1.1

## ☞ **I.7 Data de entrada em vigor da versão do Documento Metodológico**

abril de 2013

## ☞ **I.8 Data da última atualização do Documento Metodológico**

novembro de 2016

## ☞ **I.9 Entidade responsável pela operação estatística**

INE

- **Unidade Orgânica (UO):** Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

- **Técnico responsável**

Nome: Victor Garcia

Telefone: 218 426 177

E-mail: [victor.garcia@ine.pt](mailto:victor.garcia@ine.pt)

## **Banco de Portugal**

- **Unidade Orgânica (UO):** Departamento de Estudos Económicos
- **Técnico responsável**  
Nome: Maria Luísa Farinha  
Telefone: 213 128 350  
Correio eletrónico: [Maria.Luisa.Alcoforado.Farinha@bportugal.pt](mailto:Maria.Luisa.Alcoforado.Farinha@bportugal.pt)
- **Ponto focal no INE:**  
Nome: Victor Garcia  
Telefone: 218 426 177  
Correio eletrónico: [victor.garcia@ine.pt](mailto:victor.garcia@ine.pt)

## **I.10 Outras Entidades Externas relacionadas com a operação**

### **Banco Central Europeu**

- **Unidade Orgânica (UO):** Direção-Geral de Estatística
- **Técnico responsável**  
Nome: Carlos Sanchez Muñoz  
Telefone: + 49 69 13 44 6360  
Correio eletrónico: [Carlos.Sanches\\_Munoz@ecb.int](mailto:Carlos.Sanches_Munoz@ecb.int)
- **Unidade Orgânica (UO):** Direção-Geral de Investigação
- **Técnico responsável**  
Nome: Jiri Slacalek  
Telefone: + 49 69 1344 5047  
Correio eletrónico: [Jiri.Slacalek@ecb.europa.eu](mailto:Jiri.Slacalek@ecb.europa.eu)

## II. JUSTIFICAÇÃO PARA UMA NOVA VERSÃO DO DOCUMENTO METODOLÓGICO

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

### **Nova versão:**

- Alteração de variáveis de observação X
- Alteração de conceitos ☐
- Alteração de classificações X
- Alteração de produtos de difusão ☐
- Alteração de fontes estatísticas ☐
- Alteração do método de recolha ☐
- Alteração de âmbito na população ☐
- Alteração do desenho amostral X
- Outros motivos ☐
  - Especificar: \_\_\_\_\_

### III. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES, OBJETIVOS E FINANCIAMENTO

#### ☞ III.1 Contexto da operação estatística

O Inquérito à Situação Financeira das Famílias (ISFF) realiza-se no âmbito de um projeto europeu, designado por *Household Finance and Consumption Survey (HFCS)*, que tem como objetivo recolher informação sobre a situação financeira das famílias, de forma comparável nos países que constituem a área do euro. O projeto teve origem no Eurosistema e é coordenado pelo Banco Central Europeu (BCE). No entanto, a sua implementação é descentralizada a nível nacional. No caso de Portugal, a realização do inquérito é da responsabilidade do Banco de Portugal (BdP) e do Instituto Nacional de Estatística, I.P. e encontra-se inscrito no Plano de Atividades do Sistema Estatístico Nacional.

Destina-se a recolher informação que permita caracterizar detalhadamente a situação financeira das famílias. Assim, as principais questões incidem sobre o património das famílias, nomeadamente sobre os ativos não financeiros que esta possui, sobre eventuais empréstimos que utilizem esses ativos como garantia e outras responsabilidades financeiras e, ainda, sobre as aplicações financeiras da família. A informação recolhida ao nível da família completa-se com questões sobre heranças eventualmente recebidas, rendimentos (provenientes de negócios, de investimentos imobiliários e financeiros e ainda de transferências) e sobre as suas decisões de consumo e poupança.

O inquérito inclui também questões relativas aos indivíduos que compõem a família, nomeadamente quanto a aspetos demográficos (idade, educação, etc.), situação no emprego, direitos sobre pensões a receber no futuro e rendimentos (provenientes do trabalho ou de transferências tais como as pensões e o subsídio de desemprego). A primeira edição do ISFF realizou-se em 2010.

#### ☞ III. 2 Identificação das necessidades de informação estatística que justificam a operação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- **Necessidades resultantes de obrigações legais:**

- Legislação comunitária

Especificar: \_\_\_\_\_

☐

- Compromissos perante organizações internacionais

Especificar: \_\_\_\_\_

☐

- Legislação nacional

Especificar: \_\_\_\_\_

☐

- **Pedido direto de informação por parte do/de:**

- Entidades públicas nacionais

☐

- Entidades comunitárias

- Programa Estatístico Europeu (PEE)

☐

- Acordo informal (“Acordo de Cavalheiros”)

☐

- Entidades privadas, nacionais ou estrangeiras

☐

- Especificar: \_\_\_\_\_

- Conselho Superior de Estatística (Recomendações, p. ex.)

☐

- Especificar: \_\_\_\_\_

- Resultado de **inquéritos** às necessidades dos utilizadores

☐

- Necessidades de informação de **outras operações estatísticas**

☒

- Contrato/**Protocolo** específico com Entidade externa

☐

- Outras necessidades

☐

- Especificar: \_\_\_\_\_

### ☞ **III.3 Objetivos da operação estatística**

O objetivo do inquérito é a recolha de dados sobre a situação financeira e económica das famílias, assim como de alguma informação complementar de carácter demográfico e social, relativa às pessoas que a compõem.

Esta informação deverá permitir caracterizar detalhadamente a situação e as decisões financeiras das famílias, em particular no que respeita ao seu património, endividamento e decisões de consumo/poupança. É importante salientar que os dados de carácter micro (ou seja os dados relativos às famílias individualmente consideradas) nos dão informação que não pode ser obtida através de dados agregados.

Repare-se, por exemplo, que as Contas Nacionais financeiras nos dão informação sobre o endividamento das famílias em termos agregados, mas não permitem saber qual é a percentagem de famílias endividadas, ou, saber se as famílias mais endividadas são também aquelas que adquiriram mais ativos. Conhecer a resposta para estas questões é muito importante para se poderem desenhar adequadamente as políticas económicas e regulamentares.



### III.4 Financiamento da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| • Financiamento total:   |                          |
| ○ da Entidade responsável  | <input type="checkbox"/> |
| ○ da União Europeia (EUROSTAT)   | <input type="checkbox"/> |
| ○ de outra Entidade  | <input type="checkbox"/> |
| ▪ Especificar: _____   |                          |
| • Cofinanciamento:   |                          |
| ○ Entidade responsável e União Europeia  | <input type="checkbox"/> |
| ○ Entidade responsável e outra Entidade (nacional ou externa à União Europeia) | X                        |
| ▪ Especificar: INE/BdP   |                          |

## IV. CARACTERIZAÇÃO GERAL

### IV.1 Tipo de operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

- |                      |                          |
|----------------------|--------------------------|
| • Inquérito amostral | X                        |
| • Recenseamento      | <input type="checkbox"/> |
| • Estudo estatístico | <input type="checkbox"/> |

### IV.2 Tipo de fonte(s) de informação utilizada(s) na operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- |                              |                          |
|------------------------------|--------------------------|
| • Fonte Direta               | X                        |
| • Fonte Não-direta           |                          |
| ○ Fonte administrativa       | <input type="checkbox"/> |
| ○ Outra operação estatística | <input type="checkbox"/> |

- Outra ☐
- Especificar: \_\_\_\_\_

#### ☞ IV.3 Periodicidade da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta única):

- Mensal ☐
- Trimestral ☐
- Semestral ☐
- Anual ☐
- Bienal ☐
- Trienal ☒
- Quadrienal ☐
- Quinquenal ☐
- Decenal ☐
- Não periódico ☐
- Outra ☐

Especificar: \_\_\_\_\_

#### ☞ IV.4 Âmbito geográfico da operação estatística

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

- Continente ☐
- Região Autónoma da Madeira ☐
- Região Autónoma dos Açores ☐
- País ☒

- Outro

☐

Especificar: \_\_\_\_\_

#### ☞ IV. 5 Principais utilizadores da informação

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

##### **Utilizadores do Sistema Estatístico Nacional**

- INE X
  - Banco de Portugal X
  - Direção Regional de Estatística da Madeira ☐
  - Serviço Regional de Estatística dos Açores ☐
  - Entidades com delegação de competências ☐
- Especificar: \_\_\_\_\_

##### **Outros utilizadores nacionais**

**X**

- Especificar: Investigadores credenciados no âmbito do Protocolo estabelecido com o DGEEC,

##### **Utilizadores Comunitários e outros Internacionais**

**X**

- Especificar: BCE, outros Bancos Centrais nacionais e investigadores ou instituições credenciados pelo BCE, no âmbito do Eurosistema

#### ☞ IV.6 Difusão

##### ○ IV.6.1 Padrão de disponibilização da informação

16 meses após a finalização dos trabalhos de recolha (outubro de 2014)

#### ○ **IV.6.2 Revisões**

1. Tipos de revisões de dados adotadas:

Não aplicável

2. Circunstância em que são efetuadas as revisões:

Não aplicável

3. Frequência das revisões:

Não aplicável

#### ○ **IV.6.3 Produtos de difusão regular**

Preencher o seguinte quadro:

Produtos a disponibilizar			
Tipo de produto	Designação do produto	Periodicidade de disponibilização	Nível geográfico /desagregação máxima
Destaque	<i>Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2013</i>	Trienal	País
Ficheiro de micro dados*	<i>Inquérito à Situação Financeira das Famílias 2013</i>	Trienal	Unidades estatísticas de observação

\* A disponibilizar em condições específicas.

## V. CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

### ☞ V.1 População-alvo

Agregados domésticos privados e respetivos membros residentes no território nacional no período de referência.

### ☞ V.2 Base de amostragem

Indicar a base de amostragem utilizada, assinalando uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

• Alojamentos	X
• Empresas (excluindo as agrícolas)	
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Explorações agrícolas	<input type="checkbox"/>
• Estabelecimentos	
○ Conjuntura (os dados recolhidos reportam-se ao ano corrente)	<input type="checkbox"/>
○ Estrutura (os dados recolhidos reportam-se a anos anteriores)	<input type="checkbox"/>
• Veículos	<input type="checkbox"/>
• Instituições sem fins lucrativos	<input type="checkbox"/>
• Administrações Públicas	<input type="checkbox"/>
• Outras	<input type="checkbox"/>
○ Especificar: _____	
○ Indicar a unidade amostral:	

### ☞ **V. 3 Unidade (s) estatística (s) de observação**

1. Agregado Doméstico Privado (excluindo as empregadas/os domésticas/os internas/os);
2. Indivíduo

### ☞ **V. 4 Desenho da amostra**

#### ○ **V.4.1 Características da amostra**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<u>Características da amostra:</u>	
• Probabilística	
○ Estratificada	X
○ Por conglomerados	X
○ Multietápica	X
• Não probabilística	X
• Transversal	<input type="checkbox"/>
• Longitudinal (painel, amostra rotativa)	<input type="checkbox"/>
• Outra	<input type="checkbox"/>
Especificar: _____	

#### ○ **V.4.2 Metodologia para a seleção, distribuição, atualização e dimensionamento da amostra**

A dimensão da amostra foi fixada em 8000 alojamentos de residência principal tendo por base a dimensão da amostra do ISFF 2010.

A amostra é constituída por duas subamostras de igual dimensão (4000 alojamentos cada), ambas selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída e constituída pelos

alojamentos de residência principal, do Ficheiro Nacional de Alojamentos (construído com base nos resultados dos Censos 2011).

A primeira subamostra foi distribuída pelo cruzamento de nove regiões (subdivisões da NUTS II) com duas classes de área útil (alojamento), proporcionalmente à raiz quadrada do número de alojamentos de residência principal. A segunda subamostra foi distribuída de forma semelhante mas apenas na classe de área útil de maior dimensão.

As zonas geográficas e as classes de área útil são as seguintes:

Zona geográfica	Classes de área útil (alojamento)		
	<100m <sup>2</sup> e ≥100 m <sup>2</sup>	<120m <sup>2</sup> e ≥120 m <sup>2</sup>	<150m <sup>2</sup> e ≥150 m <sup>2</sup>
Norte exceto Porto			x
Porto		x	
Centro			x
Grande Lisboa	x		
Península de Setúbal		x	
Alentejo			x
Algarve		x	
Açores			x
Madeira			x

### Seleção da amostra

Na seleção da amostra considerou-se um esquema de amostragem estratificado e multietápico, em que as unidades primárias, as PSU (*Primary Sampling Units*, áreas constituídas por uma ou mais células quadradas com 1km de lado da *greilha europeia* INSPIRE) foram selecionadas em cada uma das 9 regiões com probabilidade proporcional à dimensão do seu número de alojamentos de residência principal; as unidades secundárias - as SSU (*Secondary Sampling Units*, os alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da primeira etapa.

Uma vez que a seleção dos alojamentos foi efetuada em duas etapas, o cálculo das respetivas probabilidades foi efetuado do seguinte modo:

#### 1. Probabilidade de seleção da 1ª etapa – PSU

$$\pi_{jh} = \begin{cases} r_h \times \frac{A_{jh}}{A_h} = \frac{A_{jh}}{I_h}, & \text{se } A_{jh} < I_h \\ 1, & \text{c. c.} \end{cases}$$

onde,

$h$  - Zona geográfica considerada –  $h=1,..., 9$ ;

$\pi_{jh}$  - Probabilidade de seleção da PSU  $j$  no estrato  $h$ ;

$r_h$  - Número de PSU a selecionar no estrato  $h$ ;

$A_{jh}$  - Número de alojamentos de residência principal da PSU  $j$  no estrato  $h$ ;

$A_h$  - Número de alojamentos de residência principal no estrato  $h$ ;

$I_h$  - Intervalo de seleção da 1ª etapa no estrato  $h$ .

## 2. Probabilidade de seleção da 2ª etapa – SSU

$$\pi_{kjh} = \frac{n_{jhi}}{A_{jhi}}$$

onde,

$i$  - Classes de área útil consideradas –  $i=1,2$ ;

$\pi_{kjh}$  - Probabilidade de seleção do alojamento  $k$  da classe  $i$  na PSU  $j$  do estrato  $h$ ;

$n_{jhi}$  - Número de alojamentos de residência principal da classe  $i$  a selecionar na PSU  $j$  do estrato  $h$ ;

$A_{jhi}$  - Número de alojamentos de residência principal da classe  $i$  na PSU  $j$  do estrato  $h$ .

Assim, a probabilidade final de seleção de cada alojamento  $k$  ( $\pi_k^{FNA}$ ) é o resultado da seguinte expressão:

$$\pi_k^{FNA} = \pi_{kjh}^{FNA} = \pi_{jh} \times \pi_{kjh}$$

onde,

$\pi_{kjh}^{FNA}$  - Probabilidade de seleção do alojamento  $k$  da classe  $i$  pertencente à PSU  $j$  do estrato  $h$ .

No ISFF, em cada alojamento selecionado é entrevistado o agregado doméstico privado a que pertence o representante do alojamento e todas as pessoas com 16 ou mais anos que o compõem, sendo que a probabilidade de seleção do agregado a que pertence o representante do alojamento é igual à probabilidade de seleção do alojamento a que pertence. O inverso da probabilidade de seleção de cada unidade designa-se por ponderador inicial ou *design weight* dessa unidade.



## ☞ **V.5 Construção do(s) questionário(s)**

### ○ **V.5.1 Testes de pré-recolha efetuados ao (s) questionário(s)**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

• Testes de gabinete	<input type="checkbox"/>
• Testes de campo	<input type="checkbox"/>
• Testes específicos para questionários eletrónicos	<input type="checkbox"/>
• No âmbito de Inquérito-piloto	<input type="checkbox"/>
• Não foram efetuados testes de pré-recolha	<b>X</b>

### ○ **V.5.2 Tempo médio de preenchimento do(s) questionário(s)** 45 m

## ☞ **V. 6 Recolha de dados**

### ○ **V.6.1 Recolha direta de dados**

#### ▪ **V.6.1.1 Período(s) de recolha**

14 de março a 27 de junho de 2013

#### ▪ **V. 6.1.2 Método(s)de recolha**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

<b>Recolha por entrevista:</b>	
• Presencial com Computador (“CAPI”)	<b>X</b>
• Presencial sem Computador	<input type="checkbox"/>
• Telefónica com Computador (“CATI”)	<input type="checkbox"/>
• Telefónica sem Computador	<input type="checkbox"/>

**Recolha por autopreenchimento:**

- Questionário Eletrónico (WebInq) ☐
- Transmissão Eletrónica de um Ficheiro com  
estrutura de dados pré-definida (inclui Excel e aplicação) ☐
- Questionário em Papel ☐

**Recolha por observação direta** ☐

▪ **V. 6.1.3 Critério para o fecho da recolha**

O critério consiste no cumprimento da data de finalização do trabalho de campo calendarizada (27 de junho de 2013) depois de obtida a informação sobre todos os alojamentos selecionados.

▪ **V. 6.1.4 Possibilidade de inquirição “Proxy”**

Assinalar uma cruz (X) no quadrado correspondente (resposta única):

- |  |                          |
|--|--------------------------|
| • Sim  | X                        |
| ○ Se o entrevistado tiver conhecimento das características do ADP ou do indivíduo selecionado ou se for designado pelo representante do ADP um responsável com conhecimento adequado |                          |
| • Não  | <input type="checkbox"/> |

▪ **V. 6.1.5 Sessões informativas**

Assinalar uma cruz (X) nos quadrados correspondentes (resposta múltipla):

	<b>Assegurada pela Estrutura Nacional</b>	<b>Em "cadeia"/ Estrutura Regional</b>
• <b>Sessão informativa inicial</b>		
o Sessão informativa específica	X	<input type="checkbox"/>
o Sessão informativa genérica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
• <b>Sessão informativa de reciclagem</b>		
o Sessão informativa específica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
o Sessão informativa genérica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

○ **V. 6.2 Recolha não-direta de dados**

Não aplicável

## ☞ V.7 Tratamento de dados

### ○ V. 7.1 Validação e análise

1. Identificar os tipos de validações efetuadas aos dados (resposta múltipla):

- |                       |   |
|-----------------------|---|
| • Regras de domínio   | X |
| • Regras de coerência | X |
| • Regras de estrutura | X |

2. Fazer uma breve descrição dos métodos utilizados na análise dos dados recolhidos.

Os dados recolhidos são submetidos a três fases de crítica e validações:

- Validações automáticas incorporadas na aplicação informática de recolha de dados (entrevista);
- Validações de tratamento aplicadas após receção e codificação das entrevistas no Departamento de Recolha da Informação;
- Validações de análise executadas no Departamento de Estatísticas Sociais do INE após receção da informação e sobre dados integrados (em SPSS).

3. Descrever as metodologias para medir os erros de medida e de processamento.

O acesso à base de dados estará disponível durante a recolha, após a primeira exportação de dados, através do GPIE. O tratamento e a análise dos dados serão efetuados em SPSS. Proceder-se-á a uma primeira análise/validação dos dados para verificação dos percursos do questionário e das regras de validação previamente estabelecidas (constantes da aplicação informática). Serão calculados os coeficientes de variação associados aos dados para avaliação da qualidade antes da disponibilização da informação.

### ○ V. 7.2 Tratamento de não respostas

Tratamento de não respostas totais: Por reponderação, sendo incorporadas no cálculo dos ponderadores finais.

Tratamento de não respostas parciais: Para o tratamento da não resposta parcial de variáveis financeiras do questionário do ISFF utiliza-se um método de imputação múltipla.

A aplicação de um método de imputação múltipla foi decidida pela *Task Force Household Finance and Consumption Network* (HFCN) que procura estabelecer metodologias harmonizadas de forma a permitir comparações entre os vários países. Neste sentido, foi criada pelo BCE uma rotina em SAS, designada de EMIR (*European Multiple Imputation Routines*), que tem como base o *software FRITZ* (*Federal Reserve Imputation Technique Zeta*) no âmbito do projeto congénere americano *Survey of Consumer Finances*.

Este método permite imputar diferentes valores para um mesmo dado em falta, representando assim a incerteza sobre o valor omisso e não subestimando a variabilidade da variável. Desta forma, preserva as características da distribuição da variável imputada, bem como as relações com outras variáveis.

Para cada valor em falta de variáveis relativas a ativos, passivos e de rendimento, obtiveram-se cinco valores imputados, resultando no mesmo número de conjuntos de dados (cinco *implicates*) para cada unidade observada. Consequentemente, o número de observações em cada ficheiro de dados é cinco vezes o número efetivo de respondentes.

São obtidos valores imputados para as observações em que:

- a resposta foi ‘Não sabe’ ou ‘Não responde’,
- o valor não foi recolhido devido a uma resposta em falta para uma variável da qual depende;
- o valor foi recolhido por intervalos de classe;
- o valor recolhido foi considerado não válido.

Todas as observações com valores imputados encontram-se identificadas através de flags, que também informam sobre a natureza de cada não resposta parcial.

### ○ **V.7.3 Obtenção de resultados**

#### **Estimação de resultados**

A informação dos cinco *implicates* deve ser usada de modo a melhorar as estimativas pontuais e as estimativas da variância para as variáveis de interesse, o que é assegurado através da análise individual de cada um dos cinco conjunto de dados numa primeira etapa, e subsequente combinação dos resultados dos cinco conjuntos de dados.

Para o cálculo de uma estimativa de um determinado parâmetro  $\theta$  (por exemplo: a média, a mediana, ou o parâmetro de uma regressão), obtêm-se numa primeira etapa os valores das estimativas desse parâmetro  $\theta$  para cada um dos cinco conjuntos de dados,  $\hat{\theta}_m$ ,  $m = 1, \dots, M = 5$ ; numa segunda etapa, a estimativa de  $\theta$  com imputação múltipla é a média aritmética das cinco estimativas, em que

$$\bar{\theta} = \frac{1}{M} \sum_{m=1}^M \hat{\theta}_m$$

O conjunto de dados disponíveis incluem os ponderadores de agregado ( $w_i$ ) que têm em conta a probabilidade de seleção de cada agregado para a amostra, a não resposta total na região a que o agregado pertence, e uma calibragem por margens simultânea dos agregados e dos indivíduos de forma a garantir a consistência das estimativas. Para os agregados consideram-se como variáveis auxiliares (margens) o número de agregados por NUTS II e o número de agregados segundo a sua dimensão (1, 2, 3 e 4 ou mais indivíduos) obtidos a partir das estimativas do Inquérito ao Emprego, e o total das dívidas dos empréstimos à habitação por NUTS II da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal. Ao nível dos indivíduos, as variáveis são as estimativas independentes da população por sexo e escalões etários quinquenais (exceto o primeiro e o último escalões que compreendem, respetivamente, todos os indivíduos com menos de 16 anos e os indivíduos com 75 ou mais anos de idade). A calibragem dos dados permite a obtenção de estimativas ponderadas, ou extrapoladas, nomeadamente totais, que são consistentes com os valores conhecidos para fontes externas (distribuição por sexo e grupo etário, por exemplo).

A utilização dos ponderadores  $\hat{\theta}_m = \sum_{i=1}^n w_i \times \theta_i$  (em que  $m$  é o índice associado aos cinco *implicates*, e  $i$  é o índice associado a cada um dos  $n$  agregados respondentes,  $i = 1, \dots, n$ ) é crucial na obtenção de estimativas de totais, médias, quantis e proporções. Todavia, existe alguma controvérsia sobre a sua utilização em regressões e, neste caso, a sua utilização deve ser objeto de avaliação específica pelo utilizador, tendo em conta os objetivos da análise.

## Erros de amostragem

A precisão associada a um estimador é definida pela proximidade entre o valor obtido para uma característica de uma população (após a recolha, tratamento, imputação e estimação) e o seu valor real (desconhecido), podendo esta ser medida em termos absolutos (variância ou desvio-padrão) ou em termos relativos (coeficiente de variação). O coeficiente de variação (cv) de um estimador é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. Genericamente, o cv (em %) vem dado por

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\widehat{\text{var}}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%$$

Ao calcular-se o coeficiente de variação de um estimador pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade (normalmente de 95%), de conter o valor real.

A complexidade do esquema de amostragem do questionário do ISFF impede a utilização da aplicação de fórmulas específicas para o cálculo das variâncias. Por esta razão a Task Force HFCN definiu a utilização do método *rescaling bootstrap* com 1000 réplicas; este número resultou de um compromisso entre a eficiência computacional e a estabilidade das estimativas da variância.

Uma vez que se utiliza um método de imputação múltipla, o cálculo da variância total ( $T$ ) deve ter em conta a variação “intra imputação” ( $W$ ) e a variação “entre imputação” ( $Q$ ), segundo a expressão:

$$T = W + \left(1 + \frac{1}{M}\right) \times Q$$

onde,

$M$  - Número de *implicates* ( $M = 5$ ).

A variação “entre imputação” é dada simplesmente por:

$$Q = \frac{1}{M-1} \sum_{m=1}^M (\hat{\theta}_m - \bar{\theta})$$

onde,  $\hat{\theta}_m$  e  $\bar{\theta}$  são calculados tal como indicado na secção anterior.

A variação “intra imputação” é dada pela expressão:

$$W = \frac{1}{M} \sum_{m=1}^M U_m$$

tal que,

$$U_m = \frac{1}{B-1} \sum_{b=1}^B (\theta_{mb}^* - \tilde{\theta}_m^*)^2$$

onde,

$B$  - Número de réplicas ( $B = 1000$ ),

a característica de interesse para cada réplica  $b = 1, \dots, B = 1000$  é dada por,

$$\theta_{mb}^* = \sum_{i=1}^n w_{ib} \times \theta_i$$

onde,

$n$  - Número de agregados respondentes;

$w_{ib}$  - o ponderador de *bootstrap* da réplica  $b$ .

e, finalmente, o valor médio de  $\theta_{mb}^*$  é dado por:

$$\tilde{\theta}_m^* = \frac{1}{B} \sum_{b=1}^B \theta_{mb}^*$$

#### ○ **V.7.4 Ajustamentos dos dados**

Não aplicável

#### ○ **V.7.5 Comparabilidade e coerência**

Comparabilidade

Não se aplica

Outros tipos de comparabilidade

Eventual comparação com fontes independentes, ou com a edição anterior do ISFF.



## ○ V.7.6 Confidencialidade dos dados

1. Indicar se a operação estatística é objeto de tratamento de confidencialidade dos dados (resposta única):

- Sim ☒
- Não ☐

2. Se responder “sim” completar a resposta de acordo com a instrução de preenchimento.

A recolha, tratamento e divulgação de dados é feita de acordo com o estabelecido pela Lei 22/2008, de 13 de maio, designadamente o art.º 6º que estabelece a aplicação do princípio do segredo estatístico de dados.

Quaisquer unidades estatísticas, direta ou indiretamente identificáveis, não podem ser divulgadas, não só pela proteção conferida por este princípio, mas também pelo sigilo profissional que decorre da aplicação da Lei 67/98, de 26 de outubro.

A quebra de confidencialidade estatística é punível não só disciplinar mas também criminalmente de acordo com o art.º 32ª da Lei do SEN.

O tratamento dos dados consiste na supressão da identificação pessoal, das variáveis usadas na seleção da amostra e das associadas ao trabalho de campo, para além da utilização de top/bottom coding e grouping em diversas variáveis, para eliminação do risco de identificação com vista à obtenção de microdados anonimizados.

Software utilizado: µ-Argus.

## VI. SUPORTES DE RECOLHA E VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO SUPORTE DE RECOLHA: “INQUÉRITO À SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS FAMÍLIAS 2013 “, nº 10123, válido até 31-12-2013.
2. IMAGEM DO SUPORTE DE RECOLHA: <http://smi-i.ine.pt/SuporteRecolha/Detalhes/10123>.
3. ENTIDADE INQUIRIDA: Agregados e Indivíduos.
4. VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO (\*): Esta informação tem carácter provisório, será sujeita a validação.

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Situação do alojamento	Alojamento		V01936	Situação do alojamento, 2009	1	Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de alojamento	Alojamento		V01937	Tabela_2 (Tipo de alojamento)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Aparência exterior	Alojamento			Tabela_3 (Aparência exterior)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Apreciação da zona de residência	Alojamento			Tabela_4 (escala de comparação)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Medidas de segurança	Alojamento			Tabela_5 (medidas de segurança)	1	Não aplicável	Não aplicável
	17	01-01-2005	Nome	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	366	01-01-2005	Contacto telefónico	-		-	-	-	-	Não aplicável
	807	01-01-2005	Contacto por mail	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	275	14.09.2005	Abreviatura do tipo de via	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	8123	15.03.2010	Abreviatura do tipo de via	-		V00293	Lista de abreviaturas dos tipos de via	1	Não aplicável	Não aplicável
	285	14.09.2005	Abreviatura de edifício	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	8124	15.03.2010	Abreviatura de edifício	-		V00295	Lista de abreviaturas dos tipos de edifício	1	Não aplicável	Não aplicável
	1096	01.01.2005	Número de porta	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	1097	01.01.2005	Andar	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	287	14.09.2005	Lado	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	288	14.09.2005	Lugar	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	1098	01-01-2005	Localidade	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	415	01-01-2005	Localidade postal	-		-	-	-	Texto	Não aplicável
	416	01-01-2005	Código postal	-		V00083	Código postal	1	Não aplicável	Não aplicável
			Local de residência habitual	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável

	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Situação do alojamento	Agregado doméstico privado		V01936	Situação do alojamento, 2009	1	Não aplicável	Não aplicável
			Local de residência habitual de um único agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	26		Relação com o representante do agregado doméstico privado	Indivíduo				-	Não aplicável	Não aplicável
	19	01.01.2005	Sexo	Indivíduo		V00153	Sexo	1	Não aplicável	Não aplicável
	20	01.01.2005	Data de nascimento	Indivíduo		-	-	-	dd/mm/aaaa	Não aplicável
	331	01.01.2005	Idade	Indivíduo		-	-	-	[0, 120]	Anos
	475	01.01.2005	Naturalidade (País)	Indivíduo		V00460	ISO 3166-1 - norma internacional - códigos para a representação dos nomes dos países (Iso alpha 2)	País	Não aplicável	Não aplicável
	478	01.01.2005	Período de residência em Portugal	Indivíduo		-	-	-	[000, idade)	Anos
	1693	24.01.2006	Estado civil	Indivíduo		V00263	Classificação de estado civil, 2003	1	Não aplicável	Não aplicável
			Nível de escolaridade mais elevado completo do indivíduo	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02688		1	Não aplicável	Não aplicável
			Outro nível de escolaridade mais elevado completo	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02686		1	Não aplicável	Não aplicável
	PNA060 0a		Nível de escolaridade mais elevado concluído pelo pai do respondente	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02021		2	Não aplicável	Não aplicável
	PNA060 0b		Nível de escolaridade mais elevado concluído pela mãe do respondente	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02021		2	Não aplicável	Não aplicável
			Profissão do pai	Indivíduo		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Profissão da mãe	Indivíduo		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Superfície total da residência habitual	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	m²

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Período de residência no alojamento	Agregado doméstico privado		-	-	-	[00, -)	Anos
			Regime de ocupação do alojamento familiar	Agregado doméstico privado		V01182		2	Não aplicável	Não aplicável
			Encargo mensal (renda) do alojamento	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Proporção do encargo mensal (renda) paga pelo proprietário	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 100]	%
			Pagamento de renda parcialmente detida	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Encargo mensal (renda) do alojamento parcialmente detido	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Ano de construção do imóvel	Agregado doméstico privado		V01172		2	Não aplicável	Não aplicável
			Modo de aquisição do imóvel	Agregado doméstico privado			Tabela_13 (Modo de aquisição)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Apoio externo para compra/ construção do imóvel	Agregado doméstico privado			Tabela_14 (Apoio externo)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ano de aquisição do imóvel	Agregado doméstico privado		-	-	-	aaaa	Não aplicável
			Valor do imóvel no ano de aquisição	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor atual do imóvel	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de empréstimos por liquidar associados com a hipoteca	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Empréstimos por liquidar associados com a hipoteca	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 9]	N.º
			Empréstimos anteriores	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	HB113\$		Motivo de substituição do empréstimo anterior	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	HOB111\$		Dificuldade de pagamento das prestações anteriores	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	HB115\$		Renegociação - razões	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
	HOB116 \$		Motivo de substituição	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	HOB117 \$		Dificuldade de pagamento das prestações	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
			Membro do agregado doméstico privado empregado pela instituição que concedeu o empréstimo	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Principal finalidade do empréstimo	Agregado doméstico privado			Tabela_15 (Finalidades do empréstimo)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outra finalidade do empréstimo	Agregado doméstico privado			Tabela_16 (Finalidades do emprést_1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ano de constituição do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	aaaa	Não aplicável
			Ano de renegociação do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	aaaa	Não aplicável
			Valor do empréstimo na data de constituição	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor do empréstimo na data da renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de fundos adicionais no âmbito do empréstimo	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de fundos adicionais no âmbito da renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Prazo para o reembolso do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 99]	Anos
			Prazo para o reembolso do empréstimo após a renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 99]	Anos
			Valor do empréstimo em dívida	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Empréstimo com taxa de juro variável	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Taxa de juro do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Indexante do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Spread do empréstimo	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Valor da prestação mensal do empréstimo (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Saldo total em dívida dos restantes empréstimos	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Valor da prestação mensal dos restantes empréstimos (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de pagamentos voluntários (amortizações extraordinárias) dos restantes empréstimos nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor dos pagamentos voluntários (amortizações extraordinárias) dos restantes empréstimos nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Membro do agregado doméstico privado proprietário de bens imobiliários	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Bens imobiliários propriedade total ou parcial	Agregado doméstico privado		-	-	-	$[0, 99]$	N.º
			Tipo de imóvel	Agregado doméstico privado			Tabela_17 (tipo de imóvel)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Utilização privada do imóvel	Agregado dom.privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Utilização empresarial do imóvel	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Utilização do imóvel para arrendamento	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outra utilização do imóvel	Agregado doméstico privado			Tabela_18 (utilização do imóvel)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Proporção do imóvel pertencente ao agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	N.º
			Valor atual do outro imóvel	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Valor atual da parte de que é proprietário	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de empréstimos por liquidar associados com a hipoteca dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável

Número registro suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Empréstimos por liquidar associados com a hipoteca dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,9]	N.º
			Empréstimos resultantes de renegociações de empréstimos anteriores dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	HB313\$		Substituição do empréstimo anterior -razões	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	H0B314 \$		Dificuldade em pagar empréstimo anterior	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	H0B315 \$		Renegociação do empréstimo atual	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	H0B316 \$		Renegociação do empréstimo atual	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	H0B317 \$		Dificuldade em pagar empréstimo anterior	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
			Principal finalidade dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado			Tabela_15 (Finalidades do empréstimo)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outras finalidades dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado			Tabela_16 (Finalidades do emprést_1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ano de constituição dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	aaaa	Não aplicável
			Ano de renegociação dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	aaaa	Não aplicável
			Valor dos empréstimos dos outros imóveis na data de constituição	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor dos empréstimos dos outros imóveis na data da renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de fundos adicionais no âmbito dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de fundos adicionais no âmbito da renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Prazo para o reembolso dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 99]	Anos

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Prazo para o reembolso dos empréstimos dos outros imóveis após a renegociação mais recente	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 99]	Anos
			Valor dos empréstimos dos outros imóveis em dívida	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Empréstimos dos outros imóveis com taxa de juro variável	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Taxa de juro dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Indexante dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Spread dos empréstimos dos outros imóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor da prestação mensal dos empréstimos dos outros imóveis (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Saldo total em dívida dos restantes empréstimos que utilizam outros imóveis como garantia	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor total das prestações dos empréstimos dos outros imóveis (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de pagamentos voluntários (amortizações extraordinárias) dos empréstimos dos outros imóveis nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor dos pagamentos voluntários (amortizações extraordinárias) dos empréstimos dos outros imóveis nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Agregado doméstico privado proprietário de automóvel	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Automóveis propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º



Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Valor resultante da venda dos automóveis	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Tipo de veículo motorizado propriedade do agreg.dom.privado	Agregado doméstico privado			Tabela_19 (Tipo de veículos motorizados)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Motociclos propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Carrinhas propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Camiões propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Barcos propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Aviões propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Outros veículos propriedade do agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Valor resultante da venda dos outros veículos	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Agregado doméstico privado proprietário de objetos de valor	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor resultante da venda dos objetos de valor	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de contratos de leasing	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	HB4800		Compra de automóvel/camião/motociclo/ciclom	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	HB4810		Valor pago pela compra de automóvel/ camião /motociclo/ciclom	Agregado doméstico privado					Não aplicável	€
			Valor dos pagamentos mensais dos contratos de <i>leasing</i>	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de linha de crédito ou conta com descoberto bancário	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de saldo em dívida na linha de crédito ou conta com descoberto bancário	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor do saldo em dívida na linha de crédito ou conta com descoberto bancário	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Existência de cartões de crédito	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de saldos em dívida nos cartões de crédito com cobrança juros	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor dos saldos em dívida	Agregado doméstico priv.		-	-	-	(0, ∞)	€
			Membro do adp avalista ou fiador em empréstimos concedidos a indivíduos não pertencentes ao agregado doméstico privado	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de outras dívidas (empréstimos não garantidos)	Agregado doméstico privado			Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	HC0330		Empréstimo concedido por familiar	Agregado doméstico privado			Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	HC0340		Quantos empréstimos concedidos por familiar	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	HC035\$a		Principal finalidade do empréstimo concedido por familiares	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	HOC035\$		Outras finalidades do empréstimo concedido por familiares	Agregado doméstico privado			Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	HOC035\$ x		Outras finalidades do empréstimo concedido por familiares	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
	HOC035\$		Valor do empréstimo concedido por familiares	Agregado doméstico privado					Não aplicável	€
	HOC0370		Montante em dívida dos restantes empréstimos de carácter privado	Agregado doméstico privado					Não aplicável	€
			Valor das outras dívidas (empréstimos não garantidos)	Agregado doméstico privado			-	-	[0,99]	N.º
			Principal razão de contratação de empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado			Tabela_21 Razão de contrair empréstimos	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outras razões de contratação de empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado		V00180	Tabela_22 Razão de contrair empréstimos	1	Não aplicável	Não aplicável
	HOC055\$		Renegociação das condições de pagamento	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
	HOC056\$		Razões da renegociação do empréstimo	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
	HOC057 \$		Renegociação por dificuldades	Agregado doméstico privado			Não aplicável		Não aplicável	Não aplicável
	HNC000 4\$		Ano em contraiu/negociou o empréstimo	Agregado doméstico privado		V00180			Não aplicável	Não aplicável
			Valor empréstimos iniciais na data de constituição	Agregado doméstico privado			-	-	(0, ∞)	€
			Prazo de reembolso dos empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado			-	-	[0,99]	Anos
			Valor dos emprést. não garantidos em dívida	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
	HOC085 x		Taxa de juro variável	Agregado dom privado		V00180	-		Não aplicável	Não aplicável
			Taxa de juro dos empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
			Indexante dos empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
			Spread dos empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
			Valor da prestação mensal dos empréstimos não garantidos (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
			Valor do saldo total em dívida nos outros empréstimos não garantidos	Agregado doméstico privado		-	Não aplicável	-	(0, ∞)	€
			Valor da prestação mensal dos outros empréstimos não garantidos (incluindo juros e amortizações)	Agregado doméstico privado		-		-	(0, ∞)	€
			Atrasos ou falhas nos pagamentos dos empréstimos nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado			-	1	Não aplicável	Não aplicável
			Atrasos ou falhas nos pagamentos dos empréstimos maiores de 90 dias	Agregado doméstico privado		V00180	-	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de prestações em atraso	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Pedido de crédito numa instituição financeira nos últimos 3 meses	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	HOC012 8		Tipo de empréstimo c/falha de pagamento	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
			Recusa de crédito ou montante solicitado pela instituição financ.nos últimos 3 meses	Agregado doméstico privado			Tabela_24 (tipologia sim/não)	1	Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Existência de restrições nos pedidos de empréstimos nos últimos 3 anos	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Decisão de não realizar pedidos de crédito devido as restrições nos últimos 3 anos	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Participação numa empresa ou sociedade anónima	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Participação ativa empresa	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Investimentos nas empresas ou sociedades anónimas com participação ativa	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99]	N.º
			Atividade económica da empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Forma jurídica da empresa	Agregado doméstico privado		V02468		2	Não aplicável	Não aplicável
	HND010\$		Ano de início do negócio	Agregado doméstico privado					Não aplicável	Não aplicável
			Volume de vendas da empresa no ano anterior	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Trabalhadores da empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0,99999]	N.º
			Membros do agregado doméstico privado trabalhadores da empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Participação ativa como proprietário de empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	[0, 100]	%
			Valor líquido da participação ativa como proprietário da empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor líquido da participação ativa como proprietário de outra empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de outro membro do agregado como investidor de empresa	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Investimento na empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de garantias de crédito para o investimento	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Existência de conta à ordem	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Contas à ordem	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de depósitos a prazo ou outras poupanças	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Depósitos a prazo ou outras poupanças	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
	HND0800		Contas bancárias em euros	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
			Existência de certificados de aforro	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Certificados de aforro	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de fundos de investimento	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Fundos de investimento	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Tipo de fundo de investimento	Agregado doméstico privado		V02357		3	Não aplicável	Não aplicável
Esta variável é a mesma que a 4.22 cruzada com a 4.23 => (Valor do fundo por tipo de fundo)										
			Existência de títulos de dívida	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Títulos de dívida	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Tipo de título de dívida	Agregado doméstico privado			Tabela_4.27 (Tipo de título de dívida)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de ações de empresa	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ações de empresa	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de ações emitidas por empresa estrangeira	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de contas geridas por gestor de cliente	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de contas geridas por gestor de cliente - outros ativos	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Contas geridas por gestor de cliente - outros ativos	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de empréstimos efetuados a membros externos ao agregado	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor dos empréstimos efetuados a membros externos ao agregado	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Empréstimos efetuados a membros externos ao agregado	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de outros ativos financeiros (opções, futuros, patentes)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outros ativos financeiros (opções, futuros, patentes)	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Outros ativos financeiros	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
	HND2200		Depósitos no estrangeiro			V00180	Tipologia sim/não		Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de risco financeiro disposto a assumir	Agregado doméstico privado			Tabela_4.39 (Tipo de risco financeiro)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Situação do património líquido nos últimos 3 anos	Agregado doméstico privado			Tabela_4.44 (Situação do património líquido)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Previsão da situação do património líquido nos próximos 2 anos	Agregado doméstico privado			Tabela_4.44 (Situação do património líquido)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Condição perante o trabalho (principal)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02448		1	Não aplicável	Não aplicável
			Condição perante o trabalho (outras)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02448		1	Não aplicável	Não aplicável
			Situação na profissão	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00166		2	Não aplicável	Não aplicável
			Profissão	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Atividade económica da empresa empregadora	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Tipo de contrato de trabalho	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V01677	Tipos de contrato de trabalho - variante 4	2	Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Tipo de emprego	Indivíduo com 16 e mais anos de idade			Tabela_5.06 (Tipo de emprego)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Duração semanal habitual de trabalho	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Hora (h)
	PNE0200		Salário bruto mensal	Indivíduo com 16 e mais anos de idade					(0, ∞)	€
	PNE0300		Rendimento bruto mensal	Indivíduo com 16 e mais anos de idade					(0, ∞)	€
			Natureza institucional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade			Tabela_5.08 (Tipo de empresa empregadora)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Escalão de pessoal ao serviço da empresa onde exerce a atividade	Indivíduo com 16 e mais anos de idade			Tabela_5.09 (Escalão de pessoal ao serviço)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Antiguidade no emprego	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano (Ano)
			Existência de outro emprego para além do principal	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Situação na profissão (emprego secundário)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00166		1	Não aplicável	Não aplicável
			Emprego anterior	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
	PNE1600		Último ano de trabalho	Indivíduo com 16 e mais anos de idade					Não aplicável	Não aplicável
	PNE2000		Principal profissão durante a maior parte da vida	Indivíduo com 16 e mais anos de idade					Não aplicável	Não aplicável
			Total de anos completos de trabalho	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano (Ano)
			Idade pretendida para a reforma	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano (Ano)
			Existência de alteração na condição perante o trabalho nos últimos 3 anos	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02448		1	Não aplicável	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Previsão de existência de possível alteração na condição perante o trabalho nos próximos 2 anos	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02448		1	Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de plano de pensão de reforma a receber no futuro	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02624		1	Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de plano de pensão de reforma para o qual efetua descontos	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V02624		1	Não aplicável	Não aplicável
			Contribuições para a Segurança Social	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano
			Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano
			Contribuições para a Segurança Social	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 100]	%
			Existência de outro plano de pensão de reforma associado à atividade profissional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Plano de pensão de reforma associado à atividade profissional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 9]	N.º
			Plano de pensão de reforma associado à atividade profissional (plano principal - %)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 100]	%
			Plano de pensão de reforma associado à atividade profissional (plano principal - Anos)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 90]	Ano
			Plano de pensão de reforma associado à atividade profissional (Outro plano %)	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	[0, 100]	%



Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Tipo de benefício proveniente dos planos de pensão de reforma associado à atividade profissional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	Tabela_6.11 (Tipo de benefício do plano de pensão de reforma)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Contribuições totais em planos de pensão de reforma associado à atividade profissional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de contribuições regulares em plano de pensão de reforma associado à atividade profissional	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de outros planos voluntários de pensão de reforma	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Contribuições totais em planos voluntários de pensão de reforma	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Contribuições mensais em planos voluntários de pensão de reforma	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de rendimento proveniente de trabalho por conta de outrem no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de trabalho por conta de outrem no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de rendimento proveniente de trabalho por conta própria no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de trabalho por conta própria no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	$(0, \infty)$	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Existência de rendimento proveniente de planos de pensões públicas no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de planos de pensões públicas no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de rendimento proveniente de planos de pensões privadas no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de planos de pensões privadas no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de rendimento proveniente de subsídio de desemprego no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de subsídio de desemprego no último ano	Indivíduo com 16 e mais anos de idade		-	-	-	(0, ∞)	€
	17	01-01-2005	Nome	-		-	-	-	Texto	Não aplicáv
			Existência de rendimento proveniente de transferências públicas regulares no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de transferências públicas regulares no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de rendimento proveniente de transferências privadas regulares no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de transferências privadas regulares no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de rendimento proveniente de bens imobiliários no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de bens imobiliários no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Existência de rendimento proveniente de investimentos financeiros no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de investimentos financeiros no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de rendimento proveniente de negócios privados no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Rendimento proveniente de negócios privados no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Existência de rendimento proveniente de outra situação no último ano	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Fonte de rendimento proveniente de outra situação no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Rendimento proveniente de outra situação no último ano	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€
			Opinião sobre o rendimento proveniente do último ano face a um ano "normal"	Agregado doméstico privado			Tabela_7.24 (Escala de Opinião)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Previsão sobre o rendimento a obter no próximo ano	Agregado doméstico privado			Tabela_7.25 (Escala de Opinião - 1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Herança ou doação de montante considerável recebida de indivíduo não pertencente ao agregado (S/ Não)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Heranças ou doações recebidas (N.º)	Agregado doméstico privado		-	-	-	[00, 99]	N.º
			Categoria do bem recebido	Agregado doméstico privado			Tabela_8.03 (Categoria do bem)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ano de receção do bem	Agregado doméstico privado		-	-	-	[ano]	Ano
			Tipo de bem recebido	Agregado doméstico privado			Tabela_8.05 (Tipo de bem)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor do bem recebido (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	$(0, \infty)$	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Relação de parentesco com o representante do adp relativamente à proveniência do bem	Agregado doméstico privado			Tabela_8.07 (Relação de parentesco)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Previsão de existência de herança ou doação de montante considerável a receber de indivíduo não pertencente ao agregado (S/ N)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Herança ou doação de montante considerável efetuada a indivíduo não pertencente ao agregado (S/ N)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Relação de parentesco com o representante do agregado relativamente à doação do bem efetuada	Agregado doméstico privado			Tabela_8.10 (Relação de parentesco - 1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Ano de doação do bem	Agregado doméstico privado		-		-	-	[ano]
			Valor do bem doado (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor médio mensal de despesa em alimentação e bebidas consumidas em casa nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor médio mensal de despesa em alimentação e bebidas consumidas fora de casa nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Valor médio mensal de despesa em serv. correntes nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de despesa com out. encargos regul. nos últimos 12 m (S/ N)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor médio mensal de despesa com outros encargos regulares nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Valor médio mensal de despesa total em bens de consumo e serviços correntes nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Existência de despesa com encargos reg. efetuados a indivíduo não pertencente ao agregado nos últimos 12 m (S/N)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Valor médio mensal de despesa com encargos regulares efetuados a indivíduo não pertencente ao agregado nos últimos 12 m (€)	Agregado doméstico privado		-	-	-	(0, ∞)	€
			Motivo mais importante de poupança	Agregado doméstico privado			Tabela_9.09 (Motivo de poupança)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre despesas regulares nos últimos 12 meses face a um ano "normal"	Agregado doméstico privado			Tabela_7.24 (Escala de Opinião)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre despesas regulares nos últimos 12 meses face ao rendimento	Agregado doméstico privado			Tabela_7.24 (Escala de Opinião)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de medida adotada para fazer face a despesas superiores ao rendimento nos últimos 12 meses	Agregado doméstico privado			Tabela_9.12 (Tipo de medida)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Existência de apoio financeiro em situação de emergência de indivíduo não pertencente ao agregado (S/ N)	Agregado doméstico privado		V00180	Tipologia sim/não	1	Não aplicável	Não aplicável
			Dificuldade de resposta às questões colocadas	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Aspeto relevante não abordado para avaliação da situação financeira do agregado	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável
			Outro aspeto relevante não abordado	Agregado doméstico privado		-	-	-	Texto	Não aplicável

Número registo suporte	Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável				
					Código e data de início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida
			Resultado da entrevista			V01937	Resultado do contacto/entrevista, 2009 (indivíduo)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Identificação do alojamento	Alojamento		V01984	Geografia, Censos de 2011 (21/03/2011) (distrito a subsecção)	4	Não aplicável	Não aplicável
RB2	RA0100		Relação de parentesco com o representante do alojamento	Indivíduo		V02517	Relação com o representante do alojamento (IE)	1	Não aplicável	Não aplicável
1.05.1	PA0200		Nível mais elevado de escolaridade concluído	Indivíduo		V02686	Lista de níveis de educação/cursos extintos, 2012 (Lista cumulativa)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre o rendimento proveniente do último ano face a um ano "normal"	Agregado doméstico privado			Tabela_7.24 (Escala de Opinião)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Previsão sobre o rendimento a obter no próximo ano	Agregado doméstico privado			Tabela_7.25 (Escala de Opinião - 1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre o rendimento proveniente do último ano face a um ano "normal"	Agregado doméstico privado			Tabela_7.24 (Escala de Opinião)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Previsão sobre o rendimento a obter no próximo ano	Agregado doméstico privado			Tabela_7.25 (Escala de Opinião - 1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre a fiabilidade da informação prestada sobre rendimento e património	Entrevistador			Tabela_HR0600 (Escala de opinião - HR - 2)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre capacidade de expressar o valor em euros	Entrevistador			Tabela_HR0200 (Escala de opinião - HR)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre facilidade em obter a resposta	Entrevistador			Tabela_HR0800 (Escala de opinião - HR - 3)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre capacidade de expressão	Entrevistador			Tabela_HR0200 (Escala de opinião - HR)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Opinião sobre o interesse demonstrado	Entrevistador			Tabela_HR1000 (Escala de opinião - HR - 4)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Outros indivíduos presentes durante a entrevista	Entrevistador			Tabela_HR1100 (Indivíduos - presenças)	1	Não aplicável	Não aplicável

			Outros indivíduos presentes durante a entrevista que também forneceram informação	Entrevistador		Tabela_HR12 00 (Indivíduos - presenças - 1)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Frequência de consulta de documentação para resposta às questões	Entrevistador		Tabela_HR13 00 (Escala de frequência)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Tipo de documento referenciado pelo respondente	Entrevistador		Tabela_HR14 00 (Tipo de documento)	1	Não aplicável	Não aplicável
			Comentário relativo à entrevista efetuada	Entrevistador	-	-	-	Texto	Não aplicável

## VII. VARIÁVEIS DERIVADAS (\*)

Código da variável	Data início de vigência	Designação da variável	Unidade estatística	Conceito associado	Domínio de valores da variável					Fórmula
				Código e data início de vigência	Código da versão	Designação da versão	Nível da versão	Intervalo de valores	Unidade de medida	
		Profissão do pai	Indivíduo	V00004		Classificação portuguesa das profissões, versão 2010	Não aplicável		Não aplicável	
		Profissão da mãe	Indivíduo	V0004		Classificação portuguesa das profissões, versão 2010	Não aplicável		Não aplicável	
		Localização geográfica	Alojamento	V01984		Geografia, Censos de 2011 (21/03/2011) (distrito a subsecção)	Não aplicável		Não aplicável	
		Profissão	Indivíduo com 16 e mais anos de idade	V0004		Classificação portuguesa das profissões, versão 2010	Não aplicável		Não aplicável	
		Atividade económica da empresa empregadora	Indivíduo com 16 e mais anos de idade	V00554		Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	Não aplicável		Não aplicável	

(\*) Esta informação tem carácter provisório. Será sujeita a validação posterior pelo INE/DMSI.

## VIII. INDICADORES A DISPONIBILIZAR

(Em preparação)

## IX. CONCEITOS

Código	Designação	Definição
123	AÇÕES	Ativos financeiros negociáveis representativos das frações em que se encontra dividido o capital social de sociedades. Estes ativos conferem aos seus titulares quer direitos estatutários (informação e presença com ou sem direito a voto), quer direitos económicos (dividendos, partilha de fundo social e preferência na subscrição de novas ações).
2812	ATIVOS FINANCEIROS	Ativos económicos, incluindo meios de pagamento, créditos financeiros e ativos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros. Os meios de pagamento consistem em ouro monetário, direitos de saque especiais, moeda e depósitos transferíveis. Um crédito financeiro permite que o seu proprietário, o credor, receba um pagamento, ou uma série de pagamentos, sem qualquer contraprestação de unidades institucionais, os devedores, que contraíram as dívidas de contrapartida. <b>Notas:</b> São exemplos de ativos económicos que, pela sua natureza, são próximos de créditos financeiros os derivados financeiros e as ações e outras participações.
2807	ATIVOS NÃO FINANCEIROS	Bens sobre os quais são exercidos, individual ou coletivamente, direitos de propriedade por unidades institucionais e dos quais podem ser retiradas vantagens económicas pelos respetivos titulares através da sua posse ou da sua utilização durante um determinado período, consistindo em ativos corpóreos, tanto produzidos como não produzidos, e na maior parte dos ativos incorpóreos, a que não corresponde qualquer passivo.
159	AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. <b>Notas:</b> a) os hóspedes com pensão alimentar, os casais residindo com os pais e os filhos/hóspedes, bem como outras pessoas, são incluídos no agregado doméstico privado, desde que as despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) sejam, habitualmente, suportadas por um orçamento comum. b) não são, no caso particular do ISFF considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado o(a)s empregados domésticos que coabitem no alojamento.
1482	ALOJAMENTO	Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.
7050	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL	Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.



4528	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA PRINCIPAL	Ver ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL
4488	ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA	Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.
2113	ALOJAMENTO INEXISTENTE	Alojamento que se encontra na lista da amostra mãe, mas não existe na área geográfica em causa; inclui alojamentos demolidos.
254	ALUNO	Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o ato de registo designado como matrícula.
4734	AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO	Operação financeira que visa o pagamento de uma dívida segundo várias modalidades de reembolso. No reembolso de qualquer empréstimo, há a considerar o pagamento dos juros e a amortização do capital. A amortização corresponde à parte a deduzir à dívida. A amortização pode ser realizada de uma só vez (no final do prazo) com os juros no início, durante ou no fim do prazo ou periodicamente. Neste último caso o reembolso inclui a amortização e o juro.
1498	ÁREA HABITÁVEL DO FOGO	Valor correspondente à soma das superfícies das divisões ou dos compartimentos habitáveis do fogo medidos pelo perímetro interior das paredes que limitam cada compartimento e descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.
3917	ARRENDAMENTO	Modalidade do contrato de locação. Diz-se contrato de arrendamento a locação de coisa imóvel, isto é o contrato pelo qual alguém se obriga a proporcionar a outrem o gozo temporário de coisa imóvel mediante retribuição (renda). O arrendamento pode ser rural, urbano ou misto, consoante a natureza rural ou urbana do prédio e o fim a que se destina.
1578	AUTOMÓVEL LIGEIRO	Veículo automóvel cuja lotação ou peso brutos não excedam, respetivamente, nove lugares (incluindo o condutor), ou 3 500 kg. <b>Notas:</b> Os automóveis ligeiros subdividem-se segundo o tipo em: automóveis ligeiros de passageiros, automóveis ligeiros de mercadorias e automóveis ligeiros de transporte misto.
7828	AVALISTA	Pessoa que assume o compromisso de pagar a quantia em dívida, caso o devedor não efetue o pagamento das prestações devidas. <b>Notas:</b> Torna-se exigível logo que o devedor deixe de cumprir com uma prestação.
2457	BANCOS	Instituições de crédito que podem efetuar as seguintes operações: a) Receção de depósitos ou outros fundos reembolsáveis; b) Operações de crédito, incluindo concessão de garantias e outros compromissos, locação financeira e factoring; c) Operações de pagamento; d) Emissão e gestão de meios de pagamento, tais como cartões de crédito, cheques de viagem e cartas de crédito; e) Transações, por conta própria ou da clientela, sobre instrumentos financeiros a prazo e opções, e operações sobre divisas ou sobre taxas de juro e valores mobiliários; f) Participação em emissões e colocações de valores mobiliários e prestação de serviços correlativos; g) Atuação nos mercados interbancários; h) Consultoria, guarda, administração e gestão de carteiras de valores mobiliários; i) Gestão e consultoria em gestão de outros patrimónios; j) Consultoria das empresas em matéria de estrutura do capital, de estratégia empresarial e de questões conexas, bem como consultoria e serviços no domínio da fusão e compra de empresas; k) Operações sobre pedras e metais preciosos; l) Tomada de participações no capital de sociedades; m) Comercialização de contratos de seguro; n) Prestação de <b>informações comerciais</b> ; o) Aluguer de cofres e guarda de valores; p) Outras operações análogas e que a lei lhes não proíba.
1242	BENEFICIÁRIO	Pessoa inscrita como titular do direito a proteção social no âmbito dos Regimes da Segurança Social, contributivos e não contributivos.
1245	BENEFÍCIO DA SEGURANÇA SOCIAL	Prestação atribuída no âmbito dos Regimes de Segurança Social.

5922	BOLSA DE ESTUDO DE AÇÃO SOCIAL	Apoio social direto concedido anualmente a alunos economicamente carenciados, visando contribuir para custear as despesas de alojamento, alimentação, transporte, material escolar e propina.
5923	BOLSA DE ESTUDO POR MÉRITO	Prestação pecuniária, de valor fixo, suportada na íntegra pelo Estado a fundo perdido, destinada a alunos que frequentem um curso de ensino superior que tenham mostrado um aproveitamento escolar excecional.
2458	BOLSAS DE VALORES	Mercados públicos organizados e estabelecimentos financeiros onde se transacionam ativos financeiros. Têm por função: a) manter local e sistemas adequados à criação e funcionamento de um mercado livre e aberto para a realização de operações sobre valores mobiliários através de intermediários financeiros; b) assegurar por si ou por terceiros de registo, compensação e liquidação de operações; c) divulgar informação suficiente e oportuna sobre as operações. Em Portugal existem duas: uma em Lisboa, outra no Porto.
3767	CAMIÃO	Veículo rígido, de peso bruto superior a 3 500 kg, concebido exclusiva ou principalmente para transporte de mercadorias
7841	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	Entidade responsável pela gestão do regime de segurança social dos funcionários públicos (administração direta) e agentes que, vinculados a qualquer título, exerçam funções, com subordinação à direção e disciplina dos respetivos órgãos, na administração central, local e regional em matéria de pensões. <b>Notas:</b> Os trabalhadores da administração pública indireta (como, por exemplo, os trabalhadores do INE) estão sujeitos ao regime geral da Segurança Social.
6973	CARTÃO DE COMPRAS	Cartão de crédito emitido por uma loja/ estabelecimento para pagamento das compras aí efetuadas, podendo também permitir a acumulação de pontos/descontos. Estes cartões são emitidos pela loja/estabelecimento em parceria com uma instituição de crédito ou sociedade financeira devidamente autorizada.
6968	CARTÃO DE CRÉDITO	Cartão de pagamento diferido, que serve de meio de pagamento e de financiamento sem que o seu titular tenha de dispor imediatamente de fundos, podendo usufruir de crédito gratuito por períodos que podem ir até 50 dias. Até à data de pagamento o titular do cartão pode decidir qual a forma de pagamento da dívida e, se não liquidar na totalidade, o montante remanescente permanece em dívida por mais um período, sendo o extrato seguinte acrescido dos juros correspondentes a esse período.
2787	CARTÕES DE DÉBITO	São cartões de débito qualquer instrumento de pagamento, para uso eletrónico que possibilite ao seu detentor a utilização de uma conta depósito junto de uma instituição de crédito que emite o cartão quer para efeitos de levantamento de numerário em máquinas automáticas, quer para aquisição de bens ou serviços em estabelecimentos comerciais. Só podem emitir este tipo de instrumento as instituições financeiras autorizadas a receber depósitos.
2463	CERTIFICADOS DE AFORRO	Títulos da dívida pública nominativos emitidos pelo Tesouro, através do Instituto de Gestão do Crédito Público, podendo ser subscritos neste instituto ou em qualquer estação dos correios. Os certificados só podem ser subscritos por pessoas singulares e apenas são transmissíveis por morte. O reembolso total ou parcial só pode ter lugar 90 dias após a data da emissão, sendo efetuado mediante prévia apresentação do pedido de amortização. Os períodos de capitalização automática dos juros são de três meses, contados a partir da data de emissão.
2465	CERTIFICADOS DE DEPÓSITO	Títulos representativos de depósitos constituídos junto da instituição emitente, em escudos ou em moeda estrangeira. Estes certificados são nominativos e transmissíveis por endosso, nos termos gerais, com eles transferindo-se todos os direitos relativos aos depósitos que representam. As suas características principais são as seguintes: a) Emissão por prazos a estabelecer pelas partes contratantes; b) O valor nominal e a taxa de juro são livremente negociáveis entre a Instituição emitente e o cliente, podendo esta ser fixa ou variável; c) Os juros podem ser pagos na data de vencimento ou a intervalos regulares acordados entre as partes; d) As instituições de crédito podem adquirir os certificados por elas emitidos, os quais se consideram resgatados, liquidando o depósito correspondente
1584	CICLOMOTOR	Veículo rodoviário de duas ou três rodas equipado com um motor de cilindrada inferior a 50 cm <sup>3</sup> e cuja velocidade é limitada, por fabrico, de acordo com as regulamentações nacionais em vigor.
1456	CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	Situação do indivíduo perante a atividade económica no período de referência podendo ser considerado ativo ou inativo.

6970	CONTA BANCÁRIA À ORDEM	Conta movimentada pelo titular que pode dispor a todo o momento do seu dinheiro, conservando a disponibilidade total para requer o seu reembolso. <b>Notas:</b> Permite aos titulares fazer diretamente transferências e pagamentos. Entre os serviços normalizados oferecidos pelas contas à ordem contam-se a caderneta de cheques, a possibilidade de ordens pendentes, débitos diretos e pagamentos através de um cartão de débito. Uma conta de poupança não é uma conta-corrente, se não dispuser dessas possibilidades.
7829	CONTA DE DEPÓSITO A PRAZO	Depósito de capital normalmente num banco, caixa económica, instituição de crédito, banco mutualista, que não pode ser levantado por um determinado "prazo" ou período de tempo. Findo o prazo, o capital poderá ser levantado ou mantido por outro prazo. <b>Notas:</b> É possível que cliente e instituição acordem condições especiais que possibilitem a movimentação antecipada dos fundos, com ou sem "penalizações", como, por exemplo, o não pagamento de parte ou da totalidade dos juros convencionados.
7830	CONTA DE POUPANÇA	Conta de depósito a prazo dirigida a finalidades específicas, cujo regime está regulado, no todo ou em parte, na lei, e que podem conceder determinados benefícios (exemplos: contas poupança para habitação, contas poupança para reformados, contas poupança para jovem e contas poupança para emigrantes). <b>Notas:</b> Incluem-se as contas poupança para condomínios, desde que se integre apenas a parte correspondente à fração do agregado e os certificados de depósito.
3729	CONTRATO	Acordo vinculativo, assente sobre duas ou mais declarações de vontade contrapostas mas perfeitamente harmonizáveis entre si, que visam estabelecer uma composição unitária de interesses.
3731	CONTRATO DE SEGURO	Contrato através do qual uma pessoa transfere (tomador do seguro ou subscritor) para outra (entidade seguradora) o risco da verificação de um dano (sinistro), na esfera própria ou alheia (segurado), mediante o pagamento de uma determinada remuneração (prémio).
7073	CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO	Contrato de trabalho a termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga a prestar atividade temporariamente a empresas utilizadoras, mantendo o vínculo jurídico-laboral e remuneratório à empresa de trabalho temporário.
1744	CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	Contrato pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade intelectual ou manual a outra pessoa, sob autoridade e direção desta.
1256	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	Quantias determinadas pela aplicação das percentagens fixadas na lei sobre as remunerações ou equiparadas (bases de incidência), sendo devidas pelo beneficiário e, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, também pela respetiva entidade empregadora a fim de contribuírem para o financiamento dos Regimes da Segurança Social.
364	COOPERATIVA	Pessoa coletiva, com capital e composição variáveis, que visa, através da cooperação e entreajuda dos seus membros e na observância dos princípios cooperativos, a satisfação, sem fins lucrativos, das necessidades económicas, sociais e culturais dos seus associados.
7077	COPROPRIETÁRIO DO ALOJAMENTO	Titular do direito de propriedade sobre um alojamento, em comunhão com uma ou mais pessoas.
3732	CREDOR	Titular de um direito de crédito. É a pessoa que tem o interesse que a prestação do devedor visa satisfazer e que pode exigir o seu cumprimento, embora não seja necessariamente aquela a quem a prestação é realizada.
6972	CRÉDITOS	Ver EMPRÉSTIMOS
3612	DATA DE CONSTITUIÇÃO	Para as sociedades sujeitas a registo comercial, esta corresponde à data de emissão do cartão definitivo que culmina no momento em que são requeridos os registos na Conservatória de Registo Comercial. O ato de registo na Conservatória e "atribuição" da correspondente data de constituição deverá ser publicitado em Diário da República - III série (se forem sociedades por quotas, anónimas ou comandita por ações) e no Jornal da localidade da sede ou região (opcional). Nesta data já terão que ter sido cumpridos um conjunto de formalidades como sejam a celebração da escritura pública da constituição da sociedade, da apresentação da declaração do início de atividade e

		respetiva inscrição na Segurança Social. Para as sociedades civis, a data de constituição corresponde à data da realização da escritura de constituição. Para as Sociedades de Advogados, Revisores Oficiais de Contas e similares, a data de constituição corresponde à data de inscrição na Ordem.
6971	DESCOBERTO NA CONTA BANCÁRIA	Corresponde ao saldo negativo numa conta bancária sobre o qual, em geral, são cobrados juros.
2473	DESCONTO	Operação de crédito titulado por efeitos com juros antecipados. Inclui as operações de desconto e de redesconto. Esta operação consiste em pagar ao portador de um título de crédito (público ou privado), o seu valor presente, i.e. antecipar o fluxo de fundos resultante desse título de crédito à custa da dedução de uma quantia que tem em consideração o período da antecipação e as taxas de juro em vigor no mercado. Constitui-se normalmente como crédito de curto prazo.
1459	DESEMPREGADO	Indivíduo, com idade mínima de 15 aos 74 anos que, no período de referência, se encontrava nas situações seguintes: 1) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; 2) tinha procurado ativamente um trabalho remunerado ou não, ao longo de um período específico (o período de referência ou as três semanas anteriores); 3) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não. A procura ativa traduz a seguintes diligências: 1) contato com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; 2) contacto com empregadores; 3) contactos pessoais ou com associações sindicais; 4) colocação, resposta ou análise de anúncios; 5) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; 6) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. A disponibilidade para aceitar um trabalho é fundamentada com: 1) o desejo de trabalhar; 2) a vontade de ter um trabalho remunerado ou uma atividade por conta própria no caso de se poder obter os recursos necessários; 3) a possibilidade de começar a trabalhar num período específico (período de referência ou as duas semanas seguintes). Nota: inclui-se o indivíduo que, embora tendo um trabalho, só ia começar a trabalhar numa data posterior à do período de referência (os três meses seguintes).
1747	DESPEDIMENTO	Cessação individual ou coletiva do(s) contrato(s) de trabalho, promovida pela entidade empregadora.
3786	DIREITO DE AUTOR	Direito atribuído ao criador de uma obra intelectual, seja qual for o género desta ou a sua forma de expressão (ex.: escritos literários, científicos e artísticos, conferências, lições, composições musicais com ou sem palavras, obras cinematográficas, televisivas, fonográficas, videográficas, radiográficas, obras de desenho, pintura, tapeçaria, cerâmica, azulejo, gravura, arquitetura, obras fotográficas, ilustrações e cartas geográficas, entre outras), que consiste na faculdade de reivindicar a autoria da obra e de assegurar a sua integridade e genuinidade, reagindo, designadamente, contra usurpações, plágios, mutilações ou deturpações, abrangendo igualmente direitos de carácter patrimonial.
2933	DIVIDENDO	Parcela dos lucros, de uma empresa, distribuídos aos acionistas.
3736	DOAÇÃO	Contrato pelo qual uma pessoa (o doador), por espírito de liberalidade e à custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício do outro contraente (o donatário).
1468	DOMÉSTICO	Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.
282	DURAÇÃO EFETIVA DE TRABALHO	Número de horas efetivamente trabalhadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias.
283	DURAÇÃO HABITUAL DE TRABALHO	Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

285	DURAÇÃO TOTAL DO TRABALHO	Número de horas efetuadas no período normal de trabalho mais o número de horas extraordinárias.
1517	EDIFÍCIO	Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins. <b>Notas:</b> caso se pretenda observar estatisticamente apenas o parque habitacional existente num determinado momento de referência, não são considerados os edifícios totalmente utilizados para fins diferentes da habitação.
1469	EMPREGADO	Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) tinha efetuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) tinha uma empresa, mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma, mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.
2475	EMPRÉSTIMOS	Ativos financeiros criados quando os credores cedem fundos aos devedores, quer diretamente, quer através de mediadores e que podem estar comprovados por documentos não negociáveis ou não estar comprovados por quaisquer documentos. Em geral os empréstimos caracterizam-se pelos aspetos seguintes: a) As condições que regem um empréstimo ou são fixadas pela sociedade financeira que o concede ou negociadas entre o mutuante e o mutuário diretamente ou através de um intermediário; b) A iniciativa relativa a um empréstimo parte normalmente do mutuário; c) Um empréstimo é uma dívida incondicional ao credor que tem de ser reembolsada no vencimento e sobre a qual são cobrados juros.
7831	EMPRÉSTIMO COM GARANTIA HIPOTECÁRIA	Empréstimo bancário concedido, tendo a instituição financeira como garantia a hipoteca do imóvel, até que o empréstimo seja amortizado na íntegra. <b>Notas:</b> Em caso de incumprimento do empréstimo (i.e., as prestações acordadas não serem pagas), a instituição financeira pode recuperar o montante em dívida através da venda do imóvel – execução da hipoteca.
3021	ENTIDADE PATRONAL	Pessoa individual ou coletiva, de direito privado, titular de uma empresa que tenha, habitualmente, trabalhadores ao seu serviço.
174	ESTADO CIVIL	Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil. Compreende as seguintes situações: a) Solteiro; b) Casado; c) Viúvo; d) Divorciado.
6061	ESTAGIÁRIO	Indivíduo que frequenta uma formação essencialmente prática através do exercício profissional em condições reais de trabalho, sob a orientação e acompanhamento de um profissional qualificado, tendo por objetivo completar uma formação já adquirida. Designa, tanto os indivíduos que concluem um curso do ensino superior que abrange no seu plano de estudos um estágio e, ainda, os indivíduos que ingressam na carreira técnica superior da Administração Pública.
272	ESTUDANTE	Ver "ALUNO".
2939	EUROSISTEMA	O Eurosistema é constituído pelo Banco Central Europeu e pelos Bancos Centrais Nacionais dos Estados-membros que adotarem o Euro na Terceira Fase da União Económica e Monetária. No início da União Monetária, 11 bancos centrais nacionais pertencem ao Eurosistema.
7832	FIADOR	Pessoa responsável pelo pagamento de uma dívida, caso o beneficiário do crédito não cumpra com as suas obrigações. <b>Notas:</b> Torna-se exigível a intervenção do fiador, depois do credor ter tentado obter a cobrança junto do devedor de todas as formas, nomeadamente, através da execução dos respetivos bens.
3523	FORMA JURÍDICA	Classificação atribuída pelo direito e que pode revestir várias formas: Sociedades Cívis (de Direito Público ou de Direito Privado; com fim lucrativo ou sem fim lucrativo) e Sociedades Comerciais.
7588	FUNDOS DE AÇÕES	Fundos que investem principalmente em ações. Estes fundos apresentam maior risco, pelo facto de o valor das unidades de participação ser muito sensível ao risco de variação de preço das ações em que investem. O risco associado a estes fundos pode ser muito diferente, particularmente no que respeita às bolsas e países em que

		<p>investem.</p> <p><b>Notas:</b> Distinguem-se, por exemplo, os fundos que investem quase total ou exclusivamente em ações portuguesas e de outros Estados-membros da União Europeia ou em ações Norte Americanas, daqueles que investem em ações provenientes de países cuja situação económica e política pode fazer prever grandes variações no valor da carteira do fundo.</p>
7592	FUNDOS DE FUNDOS	<p>Fundos que investem principalmente em unidades de participação de outros fundos. A política de investimentos e o risco de um fundo de fundos é, por isso, determinado pelas características dos fundos em que investe.</p> <p><b>Notas:</b> Se um fundo de fundos investir apenas em unidades de participação de fundos de ações, o seu risco será equivalente ao de um fundo de ações.</p>
2483	FUNDOS DE INVESTIMENTO	<p>Instituições de investimento coletivo que constituem patrimónios autónomos, pertencentes a uma pluralidade de pessoas singulares e/ou coletivas (designadas por participantes), geridos por profissionais (as entidades gestoras). As entidades gestoras podem ser instituições de crédito, sociedades gestoras de fundos de investimento, sociedades de capital de risco ou sociedades de desenvolvimento regional. São divididos em partes iguais e sem valor nominal, designadas por unidades de participação. Os fundos podem ser fechados ou abertos, consoante o número de unidades de participação seja fixo ou variável, ou seja, na segunda hipótese, as pessoas possam adquirir ou alienar à entidade gestora partes no fundo em quantidade ilimitada. Os fundos imobiliários investem sobretudo em imóveis. Os mobiliários investem sobretudo em valores mobiliários. São fundos mobiliários os fundos de fundos, que investem em unidades de participação de outros fundos de tesouraria, que investem sobretudo em valores monetários ou muito líquidos. Existem fundos especiais como os fundos de investimento de capital de risco (FCR), que visam o desenvolvimento das empresas em que se investe, os fundos de investimento de reestruturação e internacionalização empresarial (FRIE), que visam fomentar o desenvolvimento e internacionalização de pequenas e médias empresas, os Fundos Poupança Ações (PPA), nos quais as aplicações beneficiam de poupanças fiscais, os Fundos de Gestão de Patrimónios Imobiliários (FUNGEPI), os Fundos Poupança Reforma (PPR), e os Fundos de Investimento dos empregados de empresas privatizadas.</p>
7585	FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	<p>Fundos cujo património é composto maioritariamente por obrigações. Estes fundos possuem um risco acrescido podendo, em contrapartida, oferecer maior rendibilidade. O risco mais relevante nesta categoria de fundos é o risco de crédito das obrigações em que investem. Os fundos de obrigações podem ainda distinguir-se entre: Fundos de Obrigações de Taxa Fixa e Fundos de Obrigações de Taxa Variável.</p> <p><b>Notas:</b> Os fundos de obrigações de taxa fixa investem principalmente em obrigações de taxa fixa (obrigações cujos emitentes pagam periodicamente um juro calculado com base numa taxa que se mantém inalterada até a obrigação se vencer). Estes fundos estão sujeitos ao risco de taxa de juro. Se esta subir, o valor das obrigações detidas pelo fundo tenderá a baixar. Em consequência, o valor das unidades de participação tenderá também a diminuir, havendo um risco de perda do capital investido. Os Fundos de obrigações de taxa variável investem principalmente em obrigações de taxa variável. Apesar de estarem sujeitos também ao risco de taxa de juro, adaptam-se melhor à variação das taxas de mercado uma vez que os emitentes das obrigações pagam um juro que periodicamente é revisto em função dessa variação. Dado que o risco associado a este tipo de fundos é menor do que nos fundos de obrigações de taxa fixa, a rendibilidade potencial é também menos elevada.</p>
7591	FUNDOS DE TESOURARIA	<p>Fundos que se caracterizam pela predominância das aplicações de curto prazo e de elevada liquidez (como títulos de dívida pública). São fundos de risco baixo e com uma rendibilidade que corresponde à das taxas de juro do mercado monetário, destinam-se a investidores com necessidades de liquidez a curto prazo e/ou com grande aversão ao risco, afirmando-se como uma alternativa ao investimento nos depósitos bancários.</p>
7833	FUNDOS IMOBILIÁRIOS	<p>Fundos que investem em valores imóveis de raiz ou em valores mobiliários de sociedades cujo objeto principal seja a transação, mediação ou exploração imobiliária.</p>
7589	FUNDOS MISTOS	<p>Fundos que combinam características dos fundos de obrigações e dos fundos de ações, pelo que o risco e a rendibilidade associados a estes fundos varia em função do maior</p>

		ou menor peso que as ações e obrigações têm no seu património, bem como dos países em que investem.
2484	“FUTUROS” FINANCEIROS	Contrato a prazo, segundo o qual as partes acordam no presente, uma comprar e a outra vender, numa data futura um determinado instrumento financeiro por determinado preço. O contrato pode ter por base, nomeadamente, uma taxa de juro de um instrumento financeiro selecionado, um índice ou a cotação de um título ou de uma divisa face à outra. Na medida em que estes contratos são garantidas pela interposição contratual de uma Câmara de Compensação, a qual assume, face à posição compradora, a posição vendedora e face à posição vendedora a posição comprador, anulando-se, praticamente, o risco de crédito de contraparte. Porque negociadas em bolsa, estão ainda sujeitos ao mecanismo de avaliação diária das posições abertas a preço de mercado (mark-to-the-market), sendo as partes devedoras (credoras) das variações negativas (positivas) diariamente calculadas.
7834	HEDGE FUND	Fundo de investimento acessível a um conjunto limitado de investidores (profissionais ou com montantes muito elevados para investir) que efetua um conjunto de investimentos mais sofisticados que os fundos de investimento tradicionais, utilizando nomeadamente instrumentos financeiros derivados.
393	HERANÇA	Conjunto de relações jurídicas patrimoniais que por morte de um indivíduo passam da titularidade deste para a dos seus herdeiros e legatários.
3745	HIPOTECA	A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. As hipotecas são legais, judiciais ou voluntárias.
296	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	Ver Trabalho Suplementar.
180	IDADE	Intervalo de tempo que decorre entre a data do nascimento (dia, mês e ano) e as 0 horas da data de referência. A idade é expressa em anos completos, salvo se tratar de crianças com menos de 1 ano, devendo nestes casos ser expressa em meses, semanas ou dias completos.
4435	IMÓVEL	Prédio rústico ou urbano e valor que, não sendo imóvel por natureza, é por lei declarado enquanto tal, como os frutos dos prédios, direitos inerentes a prédios e os fundos consolidados.
6521	IMPOSTOS	Todos os impostos diretos e indiretos, com exceção do imposto sobre o rendimento, respeitantes à atividade das empresas, geralmente calculados em função de consumos, produção e vendas.
4673	INCAPACIDADE	Indicador das limitações de atividade e restrições na participação. <b>Notas:</b> Refere-se aos aspetos negativos da interação entre um indivíduo, com uma condição de saúde, e seus fatores contextuais, ambientais e pessoais.
1281	INCAPACIDADE PARA O TRABALHO	Impossibilidade temporária ou permanente para o exercício de atividade por motivo de doença, acidente de trabalho, doença profissional ou invalidez.
3927	INDEMNIZAÇÃO POR DESPEDIMENTO	Montante ilíquido, antes da dedução de quaisquer descontos, efetuados diretamente aos trabalhadores por motivo de despedimento.
1288	INDEMNIZAÇÃO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA POR DOENÇA PROFISSIONAL	Prestação pecuniária compensatória do rendimento de trabalho perdido pelo beneficiário em função da incapacidade temporária devida a doença profissional. A indemnização (subsídio) devida ao beneficiário depende da situação da incapacidade ser absoluta ou parcial. <b>Notas:</b> No caso da incapacidade temporária absoluta o valor é igual a 2/3 da retribuição base e no caso da incapacidade temporária parcial o valor é igual a 2/3 da redução sofrida na incapacidade geral de ganho.
2792	INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS MONETÁRIAS	Integram o setor das instituições financeiras monetárias (IFM) as instituições de crédito residentes tal como se encontram definidas no Direito Comunitário, bem como todas as outras instituições financeiras residentes cuja atividade se concentra na aceitação de depósitos e/ou de substitutos próximos de depósitos de entidades que não sejam Instituições Financeiras Monetárias e, por sua própria conta (pelo menos em termos económicos), na concessão de crédito e/ou na realização de investimentos em

		títulos. Em rigor, o conceito de instituição financeira monetária apenas se aplica em países pertencentes à União Europeia. Para os restantes países este setor deverá ser entendido como "setor bancário". Em Portugal integram este conjunto, o Banco de Portugal, os restantes bancos, as Caixas Económicas, as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (incluindo a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo) e os Fundos considerados como Fundos do Mercado Monetário para fins estatísticos. No caso português ainda não foi considerado nenhum fundo nesta categoria.
3323	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	São entidades jurídicas ou sociais criadas para produzir bens ou serviços cujo estatuto não lhes permite ser uma fonte de rendimento, lucro ou outros ganhos financeiros para as unidades que as estabelecem, controlam ou financiam. Os possíveis excedentes que surjam não podem ser apropriados por outras unidades institucionais. As ISFL podem ser criadas para prestar serviços em benefício das pessoas ou sociedades que as controlam ou financiam; ou podem ser criadas com fins caritativos, filantrópicos ou sociais, para fornecer bens ou serviços a outras pessoas com necessidades; ou podem ter como objetivo prestar serviços de saúde ou educação contra remuneração mas sem lucro; ou para promover os interesses de grupos de pressão em círculos empresariais ou políticos, etc."
3005	JURO	Remuneração atribuída, nas datas e às taxas fixadas, ao capital mutuado.
7309	LEASING FINANCEIRO	Ver "Locação Financeira (Leasing)".
3414	LEASING OPERACIONAL	Uso de bens móveis e imóveis por um período de tempo variável segundo o contrato prévio, mediante o pagamento de uma taxa de utilização, sendo da conta do proprietário a conservação do bem alugado.
7844	LINHA DE CRÉDITO	Tipo de crédito que um banco se compromete a disponibilizar a um cliente durante um período pré-definido e segundo o qual o cliente pode levantar o montante de crédito na totalidade de uma única vez ou efetuar um determinado número de levantamentos durante o período especificado.
6492	LIQUIDEZ GERAL	Índice de cobertura de dívidas a curto prazo por ativos líquidos. Mede a capacidade da empresa fazer face aos seus compromissos financeiros no curto prazo.
5686	LIQUIDEZ REDUZIDA	Indicador económico-financeiro que traduz a capacidade da empresa solver os seus compromissos de curto prazo, mediante as suas disponibilidades e créditos sobre terceiros.
3413	LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING)	É o contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder à outra o gozo temporário de uma coisa, adquirida ou construída por indicação desta e que a mesma pode comprar, total ou parcialmente, num prazo convencionado, mediante o pagamento de um preço determinado ou determinável, nos termos do próprio contrato.
2438	MEDIAÇÃO	Processo de resolução de conflitos coletivos de trabalho, em que, por acordo entre as partes, se determina a intervenção de uma terceira entidade no conflito negocial que, para tal, apresentará uma proposta de acordo.
2497	MERCADO SECUNDÁRIO DE TÍTULOS	Constituem-se como mercados secundários os locais onde se proceda a transações posteriores à emissão dos valores mobiliários. São mercados secundários de valores mobiliários: a) as bolsas de valores; b) o mercado de balcão; c) os mercados especiais, já organizados ou que venham a organizar-se legalmente para a adequada negociação de certos tipos de valores mobiliários ou para a realização de determinadas modalidades de operações.
1589	MOTOCICLO	Veículo rodoviário motorizado de duas rodas, com ou sem carro lateral, ou todo o veículo rodoviário motorizado com três rodas cujo peso em vazio não ultrapasse os 400 kg. Incluem-se todos os veículos com cilindrada igual ou superior a 50 cm <sup>3</sup> , bem como os que não sejam considerados ciclomotores.
201	NATURALIDADE	Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.
3638	NEGÓCIO	Um negócio é uma atividade comercial, não necessariamente registada contratualmente de forma explícita, de produção de bens ou fornecimento de serviços, mediante remunerações acordadas com outras partes (indivíduos ou unidades institucionais residentes) por determinados períodos ou até novas ordens.
3895	NÍVEL DE ENSINO	Refere-se a cada um dos três níveis sequenciais que constituem o sistema de ensino: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.



3896	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respetivo certificado ou diploma.
2499	OBRIGAÇÕES	Valores mobiliários representativos de um empréstimo emitidos por empresas ou pelo Setor Público Administrativo, cujas condições de reembolso e remuneração se encontram fixadas na emissão pela entidade emitente.
2514	OPÇÕES	Contratos que conferem aos seus compradores o direito, mas não a obrigação, de comprar (opção de compra) ou vender (opção de venda) um ativo subjacente específico a um preço de exercício pré-convencionado num prazo também previamente acordado. Por oposição, o vendedor da opção, obriga-se a, se for exercido, vender (no caso da opção de compra) ou a comprar (no caso da opção de venda), o ativo subjacente ao preço de exercício pré-convencionado na data de exercício da opção.
2683	ORDENADOS E SALÁRIOS EM DINHEIRO	Os ordenados e salários em dinheiro incluem os valores de quaisquer contribuições sociais, impostos sobre o rendimento, etc., a pagar pelo empregado por conta de outrem, mesmo que, na prática, sejam retidos pelo empregador e pagos diretamente a regimes de segurança social, autoridades fiscais, etc., em nome do empregado. <b>Notas:</b> Os ordenados e salários em dinheiro incluem os seguintes tipos de remunerações: a) ordenados e salários de base a pagar em intervalos regulares; b) acréscimos devidos a horas extraordinárias, trabalho noturno ou em fins-de-semana, condições difíceis ou perigosas; c) subsídios de custo de vida, de residência e de expatriação; d) prémios com base na produtividade ou resultados, gratificação de fim de ano, excluindo prestações sociais diretas a favor dos empregados; e) subsídios de transporte para e do trabalho, excluindo subsídios ou reembolsos de despesas de viagem, distância, mudança e despesas de representação verificadas no exercício das suas funções; f) remunerações por dias feriadados ou férias anuais; g) comissões, gratificações, senhas de presença e percentagens pagas aos empregados; h) prémios e outros pagamentos excecionais ligados aos resultados globais da empresa, no quadro de sistemas de incentivos; i) pagamentos feitos pelos empregadores aos seus empregados a título de constituição de poupanças.
7842	ORGANISMO SEM FIM LUCRATIVO	Ver Instituições sem fins lucrativos.
6466	PATENTE	Título que confere o direito exclusivo de explorar a invenção em qualquer parte do território português. A patente confere ainda ao seu titular o direito de impedir a terceiros, sem o seu consentimento, o fabrico, a oferta, a armazenagem, a introdução no comércio ou a utilização de um produto objeto de patente, ou a importação ou posse do mesmo, para algum dos fins mencionados.
1301	PENSÃO	Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.
1398	PENSÃO DE APOSENTAÇÃO	Prestação pecuniária concedida aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações que reúnam qualquer das seguintes Condições: a) pelo menos 36 anos de serviço e 60 de idade; b) pelo menos 5 anos de serviço: b1) ao atingir o limite de idade legalmente fixado. O limite genérico está, atualmente, fixado em 70 anos havendo, contudo, outros limites inferiores para determinadas categorias de funcionários; b2) ao ser declarado, em exame médico, absoluta e permanentemente incapaz para o exercício das suas funções; b3) ao ser punido com pena expulsiva de natureza disciplinar ou por condenação penal definitiva, demitido ou colocado em situação equivalente; b4) ao ser punido com pena de aposentação compulsiva, aplicada por decisão da autoridade competente, pelas infrações disciplinares previstas na lei. <b>Notas:</b> O subscritor é aposentado pelo último cargo em que esteja inscrito na CGA. Pela aposentação o interessado adquire o direito a uma pensão mensal vitalícia fixada pela Caixa em função da remuneração correspondente ao cargo pelo qual deva ser aposentado e dos anos e meses relevantes para efeitos de aposentação. A pensão de aposentação é igual à trigésima sexta parte da remuneração que lhe serve de base multiplicada pelo número de anos e meses de serviço contados para a aposentação, com limite máximo de 36 anos.
1303	PENSÃO DE INVALIDEZ	Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72

		<p>meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão.</p> <p><b>Notas:</b> O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais atualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de atividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes exceto o não contributivo e o RESSAA em que há um valor fixo).</p>
1400	PENSÃO DE INVALIDEZ	<p>Prestação pecuniária concedida ao pessoal que, não sendo subscritor da Caixa, seja considerado incapaz por acidente ou doença resultantes do cumprimento do serviço militar obrigatório. O montante é igual à trigésima sexta parte do último salário para um máximo de 36 anos.</p>
1427	PENSÃO DE INVALIDEZ	<p>Prestação pecuniária mensal concedida aos trabalhadores em caso de invalidez. Os trabalhadores em tempo completo têm direito: a) Às mensalidades que lhes competirem, de harmonia com a aplicação das percentagens da Tabela das Mensalidades/Doença ou Invalidez, às retribuições fixadas na Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias calculadas por uma fórmula acordada entre os signatários, de modo a que correspondam a 1/14 de um montante anual, cujo valor líquido seja igual ao que o trabalhador auferiria se continuasse ao serviço; b) A um subsídio de Natal de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a); c) A um 14º mês de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a).</p> <p><b>Notas:</b> Cada uma das prestações a que os trabalhadores têm direito, nos termos acima descritos, não pode ser de montante inferior ao do valor líquido da retribuição do nível mínimo do respetivo Grupo. Os trabalhadores em regime de tempo parcial têm direito às prestações referidas, calculadas proporcionalmente ao período normal de trabalho.</p>
1430	PENSÃO DE REFORMA	<p>Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 40 anos de serviço antes de atingir 65 anos de idade, ou que tenha completado 35 anos de serviço tendo mais de 60 anos de idade.</p> <p><b>Notas:</b> O cálculo das mensalidades dos reformados que não as auferiram por inteiro é, nos termos das prestações de doença e invalidez, efetuado de acordo com a percentagem que lhes competir, por aplicação da tabela Mensalidades/Doença ou Invalidez, não podendo ser de montante inferior ao do valor líquido da retribuição do nível mínimo de admissão no Grupo Profissional em que o reformado esteve enquadrado enquanto foi trabalhador no ativo.</p>
1305	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	<p>A) Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Atividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.</p> <p><b>Notas:</b> Regra geral, o montante da pensão de sobrevivência é determinado nas seguintes percentagens da pensão que o beneficiário recebia ou a que teria direito se tivesse invalidado ou reformado à data do falecimento. As percentagens são: a) 60% para cônjuge ou ex-cônjuge sobrevivente, ou 70% se forem mais do que um; b) 20%, 30% ou 40% para os filhos ou adotados plenamente, consoante forem um, dois, ou mais de dois, se houver cônjuge ou ex-cônjuge com direito a pensão, e o dobro destas percentagens no caso contrário; c) 30%, 50% ou 80% para ascendentes e outros parentes afins, conforme forem um, dois, três ou mais de três. B) Regimes Não Contributivos Ou Equiparados: a) Regimes Transitórios Dos Rurais: prestação pecuniária concedida ao cônjuge sobrevivente dos pensionistas abrangidos pelos regimes transitórios dos rurais no montante de 60% da pensão do beneficiário falecido; b) Regime de Pensão Social: pensão de viuvez e pensão de orfandade atribuída no âmbito do regime da pensão social (ver conceitos respetivos).</p>
1401	PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA	<p>Prestação pecuniária mensal concedida aos familiares dos beneficiários que à data da morte tenham completado 5 anos de inscrição para a CGA. O montante corresponde a 50% da pensão de aposentação ou reforma. O cônjuge sobrevivente, se não concorrer isolado, tem sempre direito a metade deste valor.</p>
1431	PENSÃO DE	<p>Prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários pela morte do</p>

	<b>SOBREVIVÊNCIA</b>	<p>trabalhador. Têm direito à prestação, o conjugue sobrevivente e os filhos, incluindo os nascituros e adotados plenamente, até perfazerem 18 anos, ou 21 e 24, enquanto frequentarem, respetivamente, o ensino médio ou superior e, sem limite de idade, os que sofrerem da incapacidade permanente e total para o trabalho. A pensão de sobrevivência é igual a 40% do valor da retribuição mínima mensal, constante da Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias, não podendo ser inferior ao ordenado mínimo nacional.</p> <p><b>Notas:</b> A prestação é atribuída da seguinte forma: a) 50% para o conjugue sobrevivente; b) 50% para os filhos ou adotados plenamente; c) 100% para os filhos ou adotados plenamente, no caso de o falecido não ter deixado cônjuge sobrevivente; d) 100% para o cônjuge sobrevivente, se não existirem filhos ou adotados plenamente ou, no caso de existirem, não terem direito à pensão, subsídio de Natal e 14º mês. A pensão de sobrevivência é atribuída nestes termos, desde que o trabalhador, à data do seu falecimento, fosse casado há mais de um ano. A pensão de sobrevivência do conjugue sobrevivente será mantida enquanto se mantiver no estado de viuvez, revertendo, se o trabalhador não tiver deixado conjugue sobrevivente ou, por morte deste ou no caso de contrair novo casamento, a favor dos filhos do trabalhador.</p>
1306	<b>PENSÃO DE VELHICE</b>	<p>Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que, tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.</p> <p><b>Notas:</b> O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais atualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de atividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes exceto o não contributivo em que há um valor fixo).</p>
1309	<b>PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE (Por Doença Profissional)</b>	<p>Prestação pecuniária mensal concedida a beneficiários, portadores de incapacidade por doença profissional, devidamente avaliada e certificada pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, e de que resultou redução na sua capacidade geral de trabalho ou ganho. Têm direito a esta prestação, independentemente da idade e sem necessidade de completarem período de garantia, todos os trabalhadores por conta de outrem, desde que vinculados ao regime geral de Segurança Social, os trabalhadores independentes, inscritos facultativamente no regime da doença profissional ou no esquema alargado do regime geral de Segurança Social e os trabalhadores estrangeiros que exerçam atividade em Portugal, desde que no país de origem seja dado igual tratamento aos trabalhadores portugueses.</p> <p><b>Notas:</b> São ainda requisitos obrigatórios: a) Serem beneficiários portadores de doença profissional; b) Terem estado expostos ao respetivo risco, pela natureza da sua atividade ou no ambiente de trabalho habitual; c) Não ter decorrido desde o tempo de exposição ao risco até à data da manifestação da doença, prazo superior àquele que, para o efeito, é fixado na Lista de Doenças Profissionais. O montante da pensão depende do grau de incapacidade e do valor do salário auferido pelo trabalhador, conforme segue: a) Incapacidade permanente e absoluta para todo e qualquer trabalho [<math>P = Rb \times 80\% (+ 10\% Rb, \text{ por cada familiar em situação equiparada à que legalmente confere abono de família, ou cada descendente a cargo, até ao limite de } 100\% \text{ da mesma retribuição})</math>]; b) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual [<math>P = Rb \times Y</math>]; c) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual, conjugada com a incapacidade permanente parcial para todo e qualquer trabalho [<math>P = Rb \times Y + G (0,8 - Y) \times Rb</math>]; d) Incapacidade permanente parcial [<math>P = 2/3 \times G \times Rb</math>].</p>
7835	<b>PLANO DE PENSÕES DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>	<p>Plano de pensões segundo o qual o rendimento que se recebe na reforma depende das contribuições efetuadas e da rentabilidade obtida com o investimento dessas contribuições: as contribuições dos indivíduos são registadas numa conta individual, sendo investidas e os retornos desse investimento creditados nessa mesma conta.</p> <p><b>Notas:</b> Na altura da reforma os benefícios correspondem aos montantes existentes nessa conta, podendo por vezes ser obtidos sob a forma de um recebimento regular.</p>
2984	<b>PLANOS DE PENSÕES</b>	<p>Conjunto de regras que estabelecem as condições em que se constitui direito ao recebimento de uma pensão a título de pré-reforma, reforma antecipada, reforma por</p>

		velhice, invalidez ou sobrevivência, bem como o cálculo do respetivo montante.
2522	PLANOS POUPANÇA - REFORMA (PPR)	Certificados nominativos de um fundo de poupança-reforma (FPR), que terá a forma de fundo de investimento, de fundo de pensões ou outros equiparados. Os certificados de FPR podem ser subscritos por pessoas singulares ou por pessoas coletivas a favor e em nome dos trabalhadores. São enquadráveis no regime PPR os seguros individuais de poupança reforma e outros congéneres, desde que cumpram cumulativamente um conjunto de condições. São competentes para gerir os FPR constituídos sobre a forma de fundo de investimento mobiliário as sociedades gestoras de fundos de investimento. Os que assumam a forma de fundo de pensões podem ser geridos pelas sociedades gestoras de fundos de pensões e as companhias de seguros que exploram legalmente em Portugal o ramo "Vida".
7836	PLANO VOLUNTÁRIO DE PENSÕES	Plano de reforma por iniciativa própria. <b>Notas:</b> Incluem-se o Plano Poupança Reforma e alguns tipos de seguros de vida.
2599	POUPANÇA	Parte do rendimento nacional disponível que não é afetada à despesa de consumo final. A poupança nacional bruta (ou líquida) é igual à soma das poupanças brutas (ou líquidas) dos diversos setores institucionais.
1321	PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL	Prestações pecuniárias ou em espécie, atribuídas pelo Sistema de Segurança Social no âmbito dos Regimes de Segurança Social e/ou da Ação Social. No âmbito dos Regimes as prestações concretizam-se como direitos. No âmbito da ação social tem natureza tendencialmente personalizada.
1539	PRESTAÇÃO MENSAL POR AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA	Encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria.
1210	PRESTAÇÕES SOCIAIS	Transferências, pecuniárias ou em espécie, com ou sem condições de recursos, às famílias ou particulares, efetuadas pelos regimes de proteção social e destinados a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a proteção contra um certo número de riscos ou necessidades.
5179	PRÉMIO DE SEGURO	Quantia devida pelo tomador do seguro à seguradora, correspondente ao período de duração do contrato. O prémio, que inclui os custos das garantias, as despesas de contrato e os encargos fiscais, é o preço a pagar pelo tomador.
3059	PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO	Transporte utilizado para percorrer a maior distância da viagem, sendo que no caso de ser diferente na ida e na volta, se opta pelo meio de transporte de ida.
2394	PROFISSÃO	Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.
3628	PROPRIETÁRIO DO ALOJAMENTO	Titular do direito de propriedade do alojamento que tem o gozo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição do mesmo.
1205	PROTEÇÃO SOCIAL	Toda a intervenção de organismos públicos ou privados, destinada a minorar, para as famílias e os indivíduos, o encargo representado por um conjunto definido de riscos ou necessidades, desde que não exista simultaneamente qualquer acordo recíproco ou individual. <b>Notas:</b> A lista de riscos ou necessidades, que podem justificar a proteção social e que fazem parte das chamadas funções de proteção social, é, por convenção, a seguinte: doença/cuidados de saúde, invalidez, velhice, sobrevivência, família/crianças, desemprego, habitação e exclusão social não classificada noutra função.
1338	REFORMA ANTECIPADA	Possibilidade conferida a determinados grupos de trabalhadores, verificadas determinadas condições, de poderem usufruir de uma pensão de velhice antes de completada a idade legal de reforma.
5095	REFORMADO	Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.
7837	REGIME VOLUNTÁRIO DE PENSÕES	Regime de pensões que pode ser implementado e administrado por entidades gestoras de pensões ou prestadores de pensões do setor privado, incluindo empresas de seguros, sob a forma de um fundo ou de um contrato de seguro pessoal, ao qual a adesão unipessoal é voluntária, i.e., não é imposta por lei.

2385	REMUNERAÇÃO DE BASE	Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros, pago com carácter regular e garantido ao trabalhador no período de referência e correspondente ao período normal de trabalho.
7076	RENDA PARA HABITAÇÃO	Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.
3641	RENDIMENTO BRUTO	Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.
3640	RENDIMENTO LÍQUIDO	Rendimento depois da dedução do imposto sobre o rendimento, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.
1349	RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.
212	REPRESENTANTE DA FAMÍLIA CLÁSSICA	Elemento da família que como tal seja considerado pelos restantes membros e que: resida no alojamento; seja maior de idade (18 ou mais anos) e, preferentemente, seja titular do alojamento, isto é, tenha em seu nome o título de propriedade ou o contrato de arrendamento.
213	REPRESENTANTE DO AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO	Elemento do agregado doméstico privado, com 15 ou mais anos de idade, que seja considerado como tal pelos restantes membros, devendo sempre ser residente no alojamento.
7059	REPRESENTANTE DO ALOJAMENTO	Pessoa que representa a família residente no alojamento. <b>Notas:</b> quando reside mais do que uma família num mesmo alojamento, será considerado como representante do alojamento o representante da família que se convencie como sendo a família número um.
3642	RESIDÊNCIA PRINCIPAL/HABITUAL	Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.
6325	RESPONDENTE	Indivíduo que deu efetivamente a resposta, podendo ser o próprio ou terceira pessoa (outra).
1963	SALÁRIO BASE	Ver Remuneração de Base.
1355	SEGURANÇA SOCIAL	Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.
2033	SOCIEDADE ANÓNIMA	Tipo de sociedade comercial que se caracteriza pela divisão do capital em ações, pela responsabilidade social face a terceiros e pela responsabilidade, dos acionistas perante a sociedade, limitada ao capital subscrito.
2049	SOCIEDADE CIVIL ESTRANGEIRA	Sociedade civil não nacional mas que exerça habitualmente atividade em Portugal.
2042	SOCIEDADE CIVIL SOB FORMA COMERCIAL ESTRANGEIRA	Sociedade civil sob forma comercial não nacional que exerça habitualmente atividade em Portugal.
2043	SOCIEDADE COMERCIAL ESTRANGEIRA	Sociedade comercial não nacional que exerça habitualmente atividade em Portugal.
7085	SOCIEDADE DE RESPONSABILIDADE LIMITADA	Forma de sociedade em que os sócios ficam isentos das dívidas e dos prejuízos da sociedade, para além das suas participações iniciais. <b>Notas:</b> as publicações "Empresas em Portugal" e "Anuário Estatístico de Portugal", compreendem as sociedades anónimas, as sociedades por quotas e os estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada.
3936	SOCIEDADE EM COMANDITA	Tipo de sociedade comercial que se caracteriza pela responsabilidade limitada dos sócios comanditários, pela responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios comanditados. Podem existir Sociedades em Comandita Simples (em que não há

		representação do capital por ações) ou Sociedades em Comandita por Ações (em que só as participações dos sócios comanditários são representadas por ações.
2031	SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	Tipo de sociedade comercial que se caracteriza pela responsabilidade pessoal, solidária e ilimitada dos sócios perante os credores, depois de esgotado o património social. <b>Notas:</b> Forma Jurídica art.º 175, CSC.
3590	SOCIEDADE UNIPessoal POR QUOTAS	Sociedade constituída por um sócio único, pessoa singular ou coletiva, que é o titular da totalidade do capital social. <b>Notas:</b> Forma Jurídica art.º 270ºA, CSC.
2574	SUBPOSIÇÃO "AÇÕES COTADAS E AÇÕES NÃO COTADAS, EXCLUINDO AÇÕES DE FUNDOS MÚTUOS"	A subposição "ações cotadas, excluindo ações de fundos mútuos", inclui todas as operações em ações cotadas, excluindo ações de fundos mútuos, e a subposição "ações não cotadas, excluindo ações de fundos mútuos", inclui todas as operações em ações não cotadas, excluindo ações de fundos mútuos. As ações abrangem o direito de usufruto do capital das sociedades, sob a forma de títulos que, em princípio, são negociáveis. A subposição "ações cotadas, excluindo ações de fundos mútuos" abrange as ações com preços cotados numa bolsa de valores reconhecida ou outra forma de mercado secundário e a subposição "ações não cotadas, excluindo ações de fundos mútuos" abrange as ações que não estão cotadas. <b>Notas:</b> As subposições incluem: a) ações de capital emitidas por empresas de responsabilidade limitada: trata-se de títulos que dão aos seus detentores o estatuto de coproprietários e lhes dão direito tanto a uma parte do total de lucros distribuídos como a uma parte dos fundos próprios em caso de liquidação; b) ações redimidas em empresas de responsabilidade limitada: trata-se de ações cujo capital foi reembolsado mas retidas pelos detentores, que continuam a ser coproprietários e a ter direito não só a uma parte dos lucros que ficam após o pagamento de dividendos sobre o resto do capital social mas também a uma parte de qualquer excedente que se verifique em caso de liquidação, isto é, os fundos próprios menos o capital social restante; c) ações com direito a dividendo, emitidas por empresas da responsabilidade limitada: c1) que, conforme o país e as circunstâncias em que são criadas, têm diversos nomes, com direito a dividendos, etc., e que não são parte do capital social; c2) que não dão aos seus detentores o estatuto de coproprietários, no sentido restrito (o direito a uma parte do reembolso do capital social, o direito a um rendimento sobre este capital, o direito a votar nas reuniões de acionistas, etc.); c3) que dão aos seus detentores direito a uma parte de quaisquer lucros que restem após o pagamento de dividendos sobre capital social e a uma fração de qualquer eventual excedente em caso de liquidação; d) ações preferenciais ou ações que preveem a participação na distribuição do valor residual em caso de dissolução de uma sociedade. Podem ser cotadas ou não numa bolsa de valores reconhecida.
1364	SUBSÍDIO DE DESEMPREGO	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais. <b>Notas:</b> O período de concessão é estabelecido em função da idade à data do requerimento, nos seguintes termos: a) 10 meses para os beneficiários com idade inferior a 25 anos; b) 12 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30 anos; c) 15 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos; d) 18 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos; e) 21 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; f) 24 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 50 anos; g) 27 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 55 anos; h) 30 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 55 anos. Se os beneficiários, no decurso de desemprego e esgotado o prazo de concessão, atingirem 60 anos, podem requerer reforma antecipada. O montante do subsídio é igual a 65% da remuneração média definida por R/365, em que R representa o total das remunerações registadas nos primeiros 12 meses civis que precederam o 2º mês do da data de desemprego. Não pode ser superior a três vezes a remuneração mínima nacional nem inferior a esta

		remuneração, exceto se a remuneração de referência for inferior, caso em que é igual a esta última. Para os ex-pensionistas de invalidez que tenham sido considerados aptos o montante é de 100%, 90% ou 70% da remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores, nos termos do subsídio social de desemprego, mas não pode ser superior ao último valor da pensão de invalidez a que teriam direito se mantivessem pensionistas.
1429	SUBSÍDIO DE DOENÇA	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença. É atribuída nos termos da pensão de invalidez (ver pensão de invalidez).
1379	SUBSÍDIO POR DOENÇA (COM EXCLUSÃO DA TUBERCULOSE)	Prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários ativos. <b>Notas:</b> Exige-se, inscrição igual ou superior a seis meses civis com entrada de contribuições correspondentes a um índice de profissionalidade de pelo menos doze dias com registo de remunerações por trabalho efetivamente prestado no decurso dos quatro meses imediatamente anteriores ao início do que antecede o da data da incapacidade. Por cada impedimento há regra geral, um período de espera de 3 dias, sendo de 30 para os trabalhadores abrangidos pelo Regime de Seguro Social Voluntário. O prazo máximo de concessão do subsídio é de 1095 dias. Para a contagem desse prazo máximo de concessão considera-se o mesmo período de doença quando entre uma alta e a baixa seguinte decorram até ao máximo de 60 dias. O montante diário é igual a 65% da remuneração média dos 6 primeiros meses que precedem o segundo mês anterior ao início da incapacidade e não pode ser inferior a 30% da remuneração mínima estabelecida para o setor de atividade de beneficiário, exceto se o salário mínimo, resultante do cálculo anteriormente referido, for inferior, caso em que é igual àquele. Em caso de doença de longa duração (incapacidade por períodos ininterruptos de mais de 365 dias) o montante diário passa a 70% da remuneração calculada nos termos atrás indicados.
1380	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares (cônjuges e ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) dos beneficiários por morte deste. Na falta daqueles, tem direito a este subsídio outros parentes, afins ou equiparados em linha direta até ao 3º grau da linha colateral. No regime geral o montante é regra geral, igual a seis meses de salário médio, (incluindo o RSSV) que corresponde a 1/24 do salário global dos dois anos civis com remunerações mais elevadas dentro dos cinco que antecedem a última entrada de contribuições. No regime especial de segurança social das atividades agrícolas o montante do subsídio por morte é igual a quatro meses da remuneração média calculada nos termos do RGSS.
1402	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária única concedida às pessoas de família a cargo dos aposentados por morte destes. À concessão do subsídio é aplicável o regime fixado na lei para os subsídios por morte dos funcionários em atividade. O montante é igual a seis meses de pensão do aposentado ou vencimento do funcionário no ativo.
1432	SUBSÍDIO POR MORTE	Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares pela morte do trabalhador. O montante é calculado nos termos do regulamento do Regime Geral da Segurança Social, ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de vencimento, ou pensão de doença ou invalidez, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável ao beneficiário.
7617	SUBSÍDIO PARENTAL	Prestação pecuniária concedida à mãe e ao pai trabalhadores no âmbito da proteção à parentalidade, durante o período de impedimento para o exercício da atividade laboral. A concessão do subsídio depende: a) do cumprimento do prazo de garantia, isto é, 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da proteção (1º dia de impedimento para o trabalho); b) do gozo das respetivas licenças, faltas e dispensas não retribuídas nos termos do Código do Trabalho ou de períodos equivalentes. O subsídio inclui as seguintes modalidades: subsídio parental inicial, subsídio parental inicial exclusivo da mãe, subsídio parental inicial exclusivo do pai e subsídio parental inicial de um progenitor em caso de impossibilidade do outro.
1383	SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO	Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que na situação de desemprego involuntário tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnam ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por

		<p>conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais per capita superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o setor em que desenvolvia a sua atividade.</p> <p><b>Notas:</b> O período de concessão para situações em que não houve previamente atribuição de subsídio de desemprego é igual ao estabelecido para este último, exceto, a partir de 1/7/96 (DL.57/96, de 22/5), para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 30 meses. E quando é atribuído sequencialmente ao subsídio de desemprego, tem uma duração correspondente a metade dos períodos considerados no subsídio de desemprego, exceto, também, a partir de 1/7/96, para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 15 meses. Aos trabalhadores com 55 e mais anos o subsídio poderá prolongar-se até aos 60 anos para efeitos de antecipação da idade de reforma. O montante é de 100%, 90% ou 70% da RMN, para trabalhadores para 4 ou mais pessoas a cargo, menos de 4 pessoas a cargo e sem pessoas a cargo, respetivamente.</p>
7506	TAXA DE JURO SUPORTADA PELO MUTUÁRIO	Taxa de juro que traduz a relação entre os juros vencidos a cargo do mutuário no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.
7838	TAXA VARIÁVEL	Taxa de juro que sofre variações, subidas e descidas, em função das condições dos mercados financeiros.
1544	TERRENO PARA CONSTRUÇÃO	<p>Prédio urbano situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção e que assim tenha sido declarado no título aquisitivo.</p> <p><b>Notas:</b> Excluem-se os terrenos para os quais as entidades competentes vedem qualquer dessas operações, designadamente os localizados em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, estejam afetos a espaços, infraestruturas ou equipamentos públicos.</p>
7839	TÍTULO DE DÍVIDA	<p>Título cujo emitente tem uma dívida para com os respetivos detentores, sendo obrigado a pagar juros e/ou reembolsar o capital numa data posterior.</p> <p><b>Notas:</b> Incluem-se as obrigações do estado ou das empresas privadas com um prazo de pelo menos um ano e que em geral pagam juros periodicamente. Este título é transferível de uma pessoa para outra.</p>
3639	TRABALHO REGULAR	É o trabalho que ocorre de forma permanente ao longo do ano, com carácter regular.
306	TRABALHO SUPLEMENTAR	Horas efetuadas para além da duração normal de trabalho. As horas extraordinárias são contadas em função das horas efetivamente trabalhadas e não em função das somas por elas pagas. Exclui o tempo de trabalho para além do período normal prestado por trabalhadores com isenção de horário em dia normal de trabalho e o trabalho prestado para compensar suspensões de atividade de duração não superior a 48 horas seguidas ou interpoladas por um dia de descanso ou feriado, quando haja acordo entre a entidade empregadora e os trabalhadores.
5729	TRABALHADOR A TEMPO INTEIRO	Trabalhador cujo período de trabalho tem a duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional e ainda aqueles cujo período normal de trabalho é superior a 75% da duração normal de trabalho aplicável no estabelecimento, podendo o limite percentual ser mais elevado por força da convenção coletiva.
304	TRABALHADOR A TEMPO PARCIAL	Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respetiva categoria profissional ou na respetiva profissão.
1754	TRABALHADOR COM CONTRATO A TERMO	<p>Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo:</p> <p>a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo;</p> <p>b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da atividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.</p>
1798	TRABALHADOR COM CONTRATO	Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.



	PERMANENTE	
3045	TRABALHADOR DOMICILIÁRIO	Trabalhador externo que exerce a atividade no seu domicílio.
2411	TRABALHADOR FAMILIAR NÃO REMUNERADO	Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho. <b>Notas:</b> No caso do Recenseamento da População, é condição determinante que, na semana de referência, o indivíduo tenha trabalhado pelo menos 15 horas.
3013	TRABALHADOR INDEPENDENTE	Indivíduo que se encontra registado junto das autoridades fiscais enquanto unidade económica distinta e tributável sujeita a impostos adequados, cuja forma de prestação de trabalho não obriga a empresa empregadora aos encargos sociais correspondentes e/ou cuja relação contratual não está regulada pela legislação geral de trabalho aplicável aos trabalhadores por conta de outrem.
2412	TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM	Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.
2413	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.
2407	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA COMO EMPREGADOR	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários trabalhadores por conta de outrem para trabalharem na sua empresa.
2450	TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA COMO ISOLADO	Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente não contrata trabalhador (es) por conta de outrem para com ele trabalhar (em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.
1804	TRABALHADOR SAZONAL	Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho é exercido em determinadas épocas do ano, sempre no mesmo período ao longo dos anos.
7840	TRANSFERÊNCIA PRIVADA REGULAR	Montante em dinheiro recebido regularmente de outro agregado ou instituição privada, ainda que possa ser apenas uma vez por ano.
7845	TRANSFERÊNCIA PÚBLICA REGULAR	Transferência regular a indivíduos ou agregados familiares provenientes da segurança social ou de outros organismos governamentais que ainda não tenham sido registadas.
7843	USUFRUTO	Direito de gozar (de usar ou de usufruir) temporária e plenamente uma coisa ou direito alheio, sem alterar a sua forma ou substância.
2093	VOLUME DE NEGÓCIOS	Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às atividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos diretamente relacionados com as vendas e prestações de serviços. Na prática, corresponde ao somatório das contas 71 e 72 do Plano Oficial de Contabilidade. <b>Notas:</b> Na prática, corresponde às seguintes contas: - Plano Oficial de Contabilidade: somatório das contas 71: Vendas e 72: Prestação de Serviços; - Plano de Contas do Sistema Bancário: Dada a particularidade das unidades que se podem reger por este Plano de Contas, torna-se necessário efetuar a seguinte distinção: 1. Unidades classificadas na Divisão 65 da CAE Rev.2.1 - Intermediação Financeira, Exceto Seguros e Fundos de Pensões: De acordo com o Regulamento (CE, Euratom) n.º 58/97, relativo a estatísticas estruturais das empresas, o conceito de Volume de Negócios não é aplicável para as unidades classificadas nesta divisão da CAE. Neste caso, a atividade destas unidades é medida através da 'Variável Auxiliar'; 2. Restantes Unidades: Para as restantes unidades que se regem pelo PCSB, que se

		<p>encontram genericamente classificadas na CAE 671 - Atividades auxiliares de Intermediação Financeira, exceto seguros e fundos de pensões, o Volume de Negócios corresponde à conta 82: comissões recebidas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Plano de Contas das Empresas de Seguros: Conta 70: Prémios Brutos Emitidos</li> <li>- Plano Oficial de Contabilidade Pública (ou outros específicos no âmbito da Administração Pública): Conta 71: Vendas e Prestação de Serviços;</li> <li>- Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social: somatório das contas 71: Vendas e 72: Prestação de serviços;</li> <li>- Plano Oficial de Contabilidade para as Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes: somatório das contas 71: Vendas e 72: Proveitos Associativos;</li> <li>- Plano de Contas das Associações Mutualistas: somatório das contas 71: Vendas + conta 72: Prestação de Serviços + 70: Proveitos inerentes a associados;</li> <li>- Contas de Gerência: conta 07 do classificador do Plano Oficial de Contabilidade Pública - Vendas de Bens e Serviços Correntes;</li> <li>- Declaração de Rendimentos IRS: somatório dos valores inscritos no Modelo 3, Anexo B - Vendas e Prestação de Serviços.</li> </ul>
--	--	---

## X. CLASSIFICAÇÕES

- Lista de classificações utilizadas:

Código (versão)	Designação (versão)	Sigla
V00034	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, 2002	NUTS 2002
V00083	Código postal	
V00153	Sexo	
V00157	Classificação de Níveis de Educação para Fins Estatísticos	
V00166	Situação na profissão	
V00180	Tipologia Sim/Não	
V00263	Classificação de estado civil, 2003	
V00293	Lista de abreviaturas dos tipos de via	
V00295	Lista de abreviaturas dos tipos de edifício	
V00470	Geografia, Censos de 2001 (12/03/2001) (distrito a subsecção)	
V00554	Classificação portuguesa das atividades económicas, revisão 3	CAE-rev 3
V01677	Tipos de contrato de trabalho - variante 4	
V01936	Situação do alojamento, 2009	
V01937	Resultado do contacto/entrevista, 2009 (indivíduo)	
V01984	Geografia, Censos de 2011 (21/03/2011) (distrito a subsecção)	
V02014	Classificação Portuguesa das Profissões, Versão 2010	CPP 2010
V02457	Escala de opinião 41 (superior - inferior)	
V02686	Lista de níveis de educação/cursos extintos, 2012 (Lista cumulativa)	
V02688	Níveis de educação - variante 30	

## XI. SIGLAS E ABREVIATURAS

- Lista de abreviaturas e acrónimos (siglas) utilizados:

<b>Código</b>	<b>Designação</b>	<b>Extensão</b>
5128	ADP	Agregado Doméstico Privado
5775	ASP	Active Server Pages
4042	BCE	Banco Central Europeu
4590	BdP	Banco de Portugal
5079	CAP	Entrevista Presencial Assistida por Computador
7773	DGEEC	Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
7356	EMIR	European Multiple Imputation Routines
4134	Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
7357	FRITZ	Federal Reserve Imputation Technique Zeta
7355	HFCS	Household Finance and Consumption Survey
4172	INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
7354	ISFF	Inquérito à Situação Financeira da Famílias
2144	SAS	Statistics Analysis System
4226	SEN	Sistema Estatístico Nacional
4229	SIGINE	Sistema de Informação de Gestão do INE
5676	SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
4578	UO	Unidade Orgânica

## XII. BIBLIOGRAFIA

Não aplicável.